

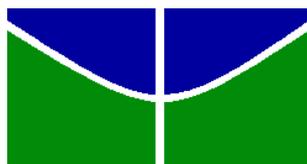
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Evelyn Martins Rodrigues

CONCEPÇÕES SOBRE CRIANÇA E INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA DA
SOCIEDADE DE CONSUMO NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Brasília

2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Evelyn Martins Rodrigues

CONCEPÇÕES SOBRE CRIANÇA E INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA DA
SOCIEDADE DE CONSUMO NO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

Brasília, junho de 2014

Evelyn Martins Rodrigues

CONCEPÇÕES SOBRE CRIANÇA E INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE DE CONSUMO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

Comissão Examinadora:

Professora Doutora Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Orientadora)

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Mestra Edeilce Aparecida Santos Buzar

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Doutora Sandra Ferraz de Castilho Dourado Freire

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Doutora Fátima Lucília Vidal Rodrigues

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Evelyn Martins Rodrigues

CONCEPÇÕES SOBRE CRIANÇA E INFÂNCIA E A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE DE CONSUMO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Orientadora)
Universidade De Brasília

Prof^a. Ma. Edeilce Aparecida Santos Buzar
Universidade De Brasília

Prof^a. Dr^a. Sandra Ferraz de Castilho Dourado Freire
Universidade De Brasília

Prof^a. Dr^a. Fatima Lucília Vidal Rodrigues
Universidade De Brasília

Brasília, junho de 2014

A minha família, que me apóia em todas as minhas escolhas, ao meu namorado que sempre foi muito companheiro, aos meus amigos e a Deus pela infinita misericórdia que tem tido em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as bênçãos e vitórias que tem proferido em minha vida e pela sua misericórdia até os dias de hoje.

A minha família por se fazer sempre presente em minha vida e por tudo o que me ensinaram até hoje, pois tudo o que sou devo á eles.

A minha irmã pela sua cumplicidade e por ser tão amorosa comigo.

A meu namorado, por ser companheiro e amigo. Pelo o amor, cuidado e por estar comigo em todos os momentos.

Aos professores da UnB que me contribuíram com muito conhecimento para minha formação profissional.

As professoras da minha Banca Examinadora por aceitar o convite e participar de um momento tão importante em minha vida.

A minha orientadora Teresa Cristina Siqueira que me auxiliou em todo o processo de constituição deste trabalho, a qual tenho muito respeito e admiração pela profissional que és.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo do Perfil das Mães	61
Quadro 2: Resumo do Perfil dos Pais.....	63
Quadro 3: Categoria 1 – Compreensão de criança.....	67
Quadro 4 – Categoria 2 – Percepção de infância.....	70
Quadro 5 – Categoria 3 – A influência da sociedade para o consumo das pessoas....	72
Quadro 6– Categoria 4 – Influência da família para o consumo infantil.....	75
Quadro 7 – Categoria 5 – Percepção da criança na influência ou decisão da compra..	79
Quadro 8 – Categoria 9– Hábito de levar os filhos às compras.....	85

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1- Categoria 6- Percepção de ser consumista ou não80

Gráfico 2- Categoria 7- Percepção de compras por necessidade ou supérfluos ...82

Gráfico 3- Categoria 8- Produtos comprados com frequência84

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
MEMORIAL EDUCATIVO.....	11
RESUMO	19
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I.....	22
REFERENCIAL TEÓRICO	22
1. Criança e Infância	22
1.2 - A infância no Brasil	33
CAPÍTULO II	41
2. Sociedade de consumo e a influência no desenvolvimento infantil.....	41
CAPÍTULO III.....	58
METODOLOGIA	58
3. Método.....	58
1. Participantes.....	59
2. Instrumento.....	64
3. Procedimentos	65
CAPÍTULO IV.....	66
Resultados e Análise de Dados	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	90
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE 1	93
Questionário para Pesquisa de campo	94

APRESENTAÇÃO

Este trabalho está estruturado em três momentos: a) memorial educativo, b) trabalho monográfico e c) perspectivas profissionais.

a) O memorial: é o momento do trabalho em que relato quem sou, as pessoas importantes em minha vida, algumas experiências que vivi em toda minha formação acadêmica, desde o ensino básico até o ensino superior e como o tema da minha pesquisa se inseriu no contexto de minha existência.

b) Monografia: neste momento do trabalho apresenta-se o referencial teórico, a monografia propriamente dita que aborda temas sobre as concepções de criança e infância, o significado de sociedade de consumo e a influência dela no comportamento das pessoas e no desenvolvimento infantil. Ainda neste tópico foi desenvolvida uma pesquisa exploratória com quatro mães e quatro pais a fim de verificar qual a visão dos pais sobre a temática da pesquisa. Ao término foi apresentado as considerações finais que corroboraram com as análises e resultados da pesquisa realizada.

c) Por fim, o terceiro momento do presente trabalho é destinado as perspectivas profissionais. Evidencio quais são as minhas pretensões e aspirações a respeito da minha formação acadêmica e profissional.

MEMORIAL EDUCATIVO

Sou integrante de uma família com quatro pessoas: meus pais, minha irmã e eu. Meu pai é policial militar do Distrito Federal, minha mãe dona de casa, minha irmã estudante e eu futura formanda do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília em que tenho muito orgulho.

Meus pais me tiveram muito cedo, ambos com vinte anos de idade. Desde então a luta pela sobrevivência e uma qualidade de vida melhor sempre foi um objetivo almejado por eles. Meu pai desde muito cedo trabalha, sempre guerreiro, era oficce-boy quando nasci, mas o dinheiro que ganhava não era suficiente para manter a casa. Andava a pé de casa até o trabalho para economizar o dinheiro da passagem do ônibus e do vale alimentação, assim podia comprar no final de semana o que faltava durante a semana. Contamos então com a ajuda de meus avós paternos, que tenho um carinho enorme. Meus avós maternos já se dedicava ao sustento de uma família com oito filhos, netos e bisnetos, portanto eram mais distante, mas atenciosos para comigo e minha irmã.

Morávamos na casa de fundo do lote em que meus avós paternos moravam. Ficamos por volta de dois anos e nesse tempo, nasceu a minha irmã. Meus pais ficaram muito preocupados, pois era mais uma “boca” para alimentar, porém muito felizes com o nascimento de mais uma menininha. Meu pai já estudava para concurso público e posteriormente ao nascimento de minha irmã, foi nomeado para a polícia militar. Minha mãe, sempre muito zelosa com suas filhas, ficou responsável pela educação delas, deixou o trabalho e até hoje se dedica para cuidar de suas filhas.

Mudamos para a Cidade Ocidental- Goiás na possibilidade de pagar um aluguel e ter um espaço em que meus pais podiam chamar deles. Tinha três anos, e meus pais logo me matricularam em uma escolinha particular chamada “Tesouro da Criança” em que estudei até os meus cinco anos de idade. Lembro que gostava demais dessa escola, pois cada dia tinha uma recreação diferente para as crianças e meu dia preferido era o dia da piscina. Ao final das aulas quando minha mãe me buscava relatava tudo o que tinha acontecido no período em que estava na escola.

A qualidade de vida da minha família melhorava a cada ano e meu pai pôde realizar o sonho da casa própria. Compraram uma casa na cidade Ceilândia- Distrito Federal, onde vivemos até hoje.

Meus pais são um exemplo de vida para mim. Meus avós são minhas paixões em que tenho muito apreço. Minha irmã, hoje com vinte anos, representa para mim uma amizade eterna, temos uma cumplicidade incomparável e um amor incondicional. E meu namorado que também considero minha família, está presente em minha vida por sete anos, meu amigo, companheiro que amo e pretendo tê-lo para sempre em minha vida.

Amo minha família e devo tudo que sou a eles. Estamos juntos em todos os momentos sejam alegres ou tristes, a união sempre fez a força. Meus princípios e valores foram herdados deles, e hoje sou uma mulher consciente e determinada de onde pretendo chegar.

Chegando em Ceilândia fui matriculada na Escola Classe 57 de Ceilândia. No ato da matrícula a secretária aconselhou a minha mãe que eu já iniciasse a 1ª série do ensino fundamental 1, pois como já sabia ler e era considerada bem desenvolvida não haveria prejuízo se “pulsasse” o Pré II. Esse período foi um dos mais marcantes em minha trajetória escolar, pois diferente do que a escola pensava, sofri bastante, não tinha a maturidade que os alunos de 1ª série tinham e também não conseguia acompanhar o ritmo dos alunos. Minha mãe percebendo a minha frustração logo solicitou à escola que me voltasse para o Pré II.

Voltar ao Pré foi a solução que precisava, pois o processo educativo se deu de uma forma natural, sem cobranças. Conteí com a dedicação e atenção da professora Cláudia que é uma das professoras em que não me esqueço. A professora Dulce também foi uma professora importante, foi a professora da última série do ensino fundamental 1, que na época correspondia a 4ª série. Eu era uma aluna considerava “indisciplinada”, pois conversava muito e de fato era muito inquieta; costumava a fazer minhas tarefas e sempre terminava antes de todos meus colegas e com isso ia conversar com eles, atrapalhando-os e a professora, mas ela sabia mediar a situação comigo e logo fazia o que pedia. Era uma professora exigente, séria quando convinha, mas amorosa para com seus alunos, ela era querida pelos alunos e também pelos pais. Diferente de uma professora que tive na 2ª série na qual tive alguns problemas de relacionamento,

percebia-se a antipatia dela em relação a mim, pois ela não sabia como lidar comigo. Ela não representava uma figura de autoridade, ela gritava bastante e com isso os alunos não a respeitavam, fazendo com que na época a turma fosse considerada a “pior classe” por conta da indisciplina dos alunos. Hoje vejo o quanto esta professora era despreparada para estar dentro de sala aula, pois ela não tinha o controle sobre si mesma e nem sobre seus alunos. Lembro que a diretora conversou com a turma relatando que a professora em questão estava doente e que se tratava, e assim aos poucos a turma foi melhorando. A professora tentava ganhar seus alunos com a técnica de Skinner, de reforço positivo, assim quem tivesse bom comportamento ao final do mês ganharia uma estrela no mural junto com o nome e um presentinho; essa técnica de fato deu certo e confesso que até me motivou a ter um comportamento melhor.

A Escola Classe 57 era uma escola de educação infantil até o ensino fundamental 1, tinha como direção as professoras Ronilda e Rita que mobilizavam os professores e toda a comunidade escolar em prol de uma escola com qualidade de ensino. Elas faziam inúmeros eventos para as crianças, como festas culturais, o dia da brincadeira que era sempre na última sexta do mês em que eles alugavam cama elástica, distribuía cachorro-quente e sorvete para as crianças. Era uma escola que incentivava a leitura por meio de visitas constantes a biblioteca e o teatro que também era uma característica predominante da escola.

Em seguida fui para a Escola Classe 43 de Ceilândia onde cursei a 5ª e a 6ª série. Era uma escola muito organizada, que realizava eventos para os alunos como passeios, gincanas, festas culturais, mas não era composta por bons professores em seu quadro funcional. Ressalto a excelência das professoras Rosilene de História, Adriana de Ciências e do professor Ramires de Geografia; professores que realmente se sentiam comprometidos com a educação de seus alunos. Faço uma crítica ao professor de Português que tive na 5ª série, embora boa pessoa “enrolava” seus alunos no período em que deveria estar dando aula, fazia seus alunos copiarem em seus cadernos o que já havia no livro, enquanto ele lia gibi. Na época não entendia a gravidade da atitude de tal professor, mas hoje percebo o quão desrespeitoso ele foi e me entristeço em saber que ele não é o único professor com atitude semelhante a esta.

A última escola pública em que estudei foi o Centro de Ensino Médio 6, que até hoje tem como direção o professor Jeferson, engajado com a melhoria da educação de

sua escola. Os últimos dados apurados pelo Ministério da Educação demonstraram que a mesma se encontra na posição de um dos piores ensinos das escolas integrantes da região administrativa de Ceilândia. Ao assumir a direção da escola o professor Jeferson já enfrentou alguns desafios de infra-estrutura e de embate com algumas pessoas que não eram favoráveis ao seu projeto. Na época o professor implantou a avaliação chamada “Provão” que era composta por questões objetivas de múltipla escolha e responsável por uma parcela da nota. Essa iniciativa foi engrandecedora, pois o grau de dificuldade estimulava os alunos a estudar mais. O professor também motivava os alunos por meio do teatro e colocava em pauta os assuntos pertinentes e de interesse deles. Mesmo com a iniciativa do professor a escola ainda precisava melhorar, poucos professores eram comprometidos com a melhoria e é uma situação presente até hoje.

A 8ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio foi cursado no Centro Educacional Sigma, era aluna bolsista, devido a amizade que meu pai tinha com um dos donos da escola. Foi uma época bem difícil para mim, sentia a diferença do ensino particular de uma escola renomada e de uma escola pública.

O Sigma era uma escola que tinha uma propaganda forte pautada na aprovação dos alunos no PAS e vestibular da UnB, portanto o ensino era rigoroso. A educação do Sigma era toda voltada para a aprovação na UnB. Entrei no Sigma com a sensação de não saber nada, foi um processo em que me exigia muita dedicação, estudava várias horas do dia para conseguir alcançar o ritmo de meus colegas e também entender o que os professores diziam na hora da explicação. Sofri preconceito por partes de meus colegas de classe e também por professores, a maior parte era de classe média alta e morava no plano piloto e como eu morava na periferia de Brasília fui alvo de algumas piadas. Enfrentava o preconceito com muita tranquilidade, pois sempre soube o meu lugar e minhas origens. Tinha poucos amigos que também moravam em periferia e outros que mesmo possuindo um padrão de vida elevado, eram de uma simplicidade e valores inquestionáveis.

Apesar das dificuldades foi nessa escola que tive um crescimento pessoal a qual me orgulho, aprendi muito cedo que não devemos nos corromper porque não temos as mesmas condições que outrem. Toda a base de estudos que tenho, aprendi nesses quatro anos em que não havia aprendido em sete anos de escola pública e devo também a esse

ensino o motivo pelo qual estou aqui escrevendo meu memorial educativo para me formar na Universidade de Brasília.

Meu sonho sempre foi estudar na UnB e quando tive a oportunidade de um ensino de qualidade para alcançar esse meu objetivo agarrei-o com todos os meus dedos. Quando somos muitos novos não temos certeza do que queremos, porém somos obrigados a escolher uma profissão para exercer futuramente. O meio de ingresso para a materialização dessa escolha é o vestibular. É uma fase de muita tensão emocional, pois o adolescente encerra precocemente uma fase de sua vida para iniciar uma outra com responsabilidades e atitudes de uma vida adulta.

A minha escolha para o PAS foi o curso de Direito, achava que com este curso poderia fazer justiça diante de alguns fatos que me provocava indignação. Era um curso que minha família desejava que fizesse e também influência da escola que estudava que ansiavam pelos cursos mais concorridos. Mas com o resultado do PAS veio a decepção com a reprovação e ulteriormente o desencantamento com o curso de Direito por não achar que este curso iria me trazer uma satisfação profissional além da questão financeira que a formação neste curso iria me proporcionar.

Entrei no cursinho preparatório para vestibular e tive o interesse de pesquisar algumas profissões. Realizei alguns testes vocacionais e resultava em ser professora, comecei então pesquisar as áreas de licenciatura e gostei de Pedagogia. O curso de Pedagogia foi a escolha para o vestibular do meio do ano em 2010, e foi baseada na minha afinidade por crianças e na diversidade profissional que um pedagogo pode atuar. O resultado do vestibular da UnB saiu e fui aprovada, motivo de grande alegria para mim e para minha família.

O curso de Pedagogia da UnB foi engrandecedor, aprendi muitas coisas como aluna, experimentei algumas áreas da pedagogia por meio de estágios e participei de palestras, cursos em que me acrescentaram bastante. Na UnB senti muitas vezes a necessidade de ir atrás dos meus objetivos, por não ser suficiente para atender as minhas expectativas, pois muitas disciplinas que cursei priorizaram mais a teoria do que a prática, queria unir a teoria a prática por isso achei necessário os estágios.

Infelizmente na UnB ainda existem professores que esquecem que vivemos em um regime democrático; consideram a sua opinião como verdade absoluta reprimindo

os alunos que lhes são contra, usando de artifício a nota. E outros que simplesmente não dão aula, se justificam desmotivados pelo salário e pela falta de reconhecimento do professor perante a sociedade e por isso, não cumprem a sua função e deixam de acrescentar aos alunos conhecimentos que seriam fundamentais para a formação acadêmica e profissional dos mesmos.

Ao longo do meu percurso na UnB tive também excelentes professores. Entre eles o Professor Renato Hilário a qual tenho uma admiração enorme pelo amor que ele tem a seu trabalho e pelo poder contagiante de influenciar as pessoas a serem ativos e a revolucionar a educação porque ela é um instrumento de transformação. Foi com o Projeto 2 que comecei a construir a minha identidade de pedagoga, as discussões realizadas durante as aulas fez com que eu tivesse um olhar diferente e diversificado do mundo de um pedagogo.

A disciplina Oficina Vivencial ministrada pelo professor Armando Moraes foi de muita importância, pois foi um momento de acolhimento dos recém chegados na UnB, era uma aula aberta para debates, socializações em que o professor contribuía bastante. Foi uma disciplina marcante pela maneira que era conduzida, e isso era o diferencial.

A professora Ângela Anastácio de Psicologia da Educação explicava divinamente as teorias da aprendizagem, algo que é base teórica do curso de pedagogia e também era muito querida pelos alunos. A professora Fátima Vidal somou meu crescimento pessoal com suas disciplinas “O Educando com Necessidades Educacionais Especiais” e “ Tópicos Especiais em Prática Pedagógicas” em que aprendi como lidar com o aluno com necessidade educacional especial e suas peculiaridades, e quais são os desafios na perspectiva inclusiva da educação. Como também aprendi as inovações na educação e na maneira que cada uma transmite o conhecimento, e me apaixonei pelo trabalho que essas escolas realizam, a exemplo da escola “Vivendo e Aprendendo” situada em Brasília.

A matéria “Avaliação Educacional do Portador de Necessidades Educativas Especiais” com a professora Ingrid Lílian Raad em que a professora promoveu várias discussões junto a turma sobre paradigmas inquestionáveis em que pudemos construir uma nova forma de pensar e conceber as pessoas com necessidades educativas

especiais. Para mim essa disciplina foi de extrema importância para entender o preconceito da sociedade e a dificuldade de inserção na mesma destas pessoas.

Outra disciplina de acréscimo tanto pessoal quanto profissional foi “Formas de expressões de crianças de zero a seis anos” com a professora Maria Fernanda Cavaton sempre muito criativa. Nesta disciplina colocamos em pauta a representação do desenho na vida de uma criança. O desenho é a primeira forma de expressão e visão de mundo de uma criança, que é internalizado nela, antes do aprendizado da escrita e da leitura. A criação tem que ser valorizada, o desenho é prova do mecanismo de imaginação que perde seu valor quando a criança é submetida ao processo de alfabetização. O desenho deveria ser algo presente na vida de todos, por que é um instrumento de expressão, e não somente como um dom inerente aos artistas plásticos. A professora Maria Fernanda para mim é um exemplo de profissional inovadora e comprometida a qual me espelho.

A disciplina “Escolarização de surdos e libras” com a professora Edeilce Buzar foi uma matéria bastante produtiva, em que tive muitos aprendizados. A professora Edeilce oportunizou para a turma algumas palestras interessantíssimas, a que mais me chamou atenção foi o relato da vida de um rapaz surdo que venceu as suas limitações e que hoje é uma pessoa bem sucedida na sua vida. Essa disciplina foi muito importante para mim e me acrescentou muito conhecimento na minha barganha acadêmica

As professoras Nara Pimentel e Sônia Marise e os professores Cleyton Gontijo e Erlando da Silva são também professores importantes na minha trajetória acadêmica. Pude enxergar a realidade da educação desse país, me instigaram a vontade de revolucionar e me conscientizaram que para isso é preciso força de vontade e amor a educação. As professoras Liliane Machado e Luciana Gomide a qual fui monitora e tenho uma simpatia enorme, para mim foram mais que professoras, foram amigas. São também importantes para mim os secretários de graduação Beto, Gilmar e Patrícia sempre amáveis e prestativos que não poderia deixar de citá-los.

A minha orientadora Teresa Cristina Cerqueiro em que escolhi pelo seu indiscutível conhecimento e qualificação, a qual tem me apoiado e auxiliado no processo de conclusão de meu curso com idéias que agregam valor, além de ser minha amiga e uma profissional em que desejo seguir seus ensinamentos.

O tema “Reflexões e concepções sobre a criança e a infância, e a influência da sociedade de consumo no processo de desenvolvimento infantil” tem uma importância pessoal para mim pela situação que presenciei no colégio Sigma, em que uma colega de sala pronunciou que os moradores da periferia de Brasília não deveriam conhecer o “ParkShopping” que é um Shopping Center localizado nas proximidades do Guará (região administrativa de Brasília). E eu como moradora da periferia fui despertada pelo interesse de entender o valor do consumo para as pessoas, neste caso a figura do shopping representado pela fala da colega como algo que fosse restrito para aqueles que têm dinheiro. Fui motivada a compreender até que ponto a sociedade de consumo influencia o comportamento das pessoas.

A definição do tema foi concretizada pelas observações que colhi no período em que estagiava como assistente de turma em escolas particulares de classe média alta e durante o estágio supervisionado que realizei em uma escola pública de Ceilândia.

Percebia o contraste de comportamento da criança rica e da criança pobre na perspectiva do que é ser criança e do que é ter infância e também sobre o consumismo, ou seja, da vontade que eles tinham em obter aquele brinquedo da propaganda, os super-heróis e bonecas do momento, roupas e sandálias de personagens, o filme que todas as crianças assistem, as músicas infantis que estouram entre outros aspectos que influencia a maneira de ser da criança.

Estes aspectos contagiam as crianças da mesma forma, a diferença é que a criança rica pode ter o que deseja e a criança pobre nem sempre. A curiosidade deve-se ao fato de verificar a influência da sociedade de consumo no desenvolvimento infantil e como os pais lidam com esse impasse.

A contribuição desse tema para minha formação docente é de extrema importante, pois me permite analisar criticamente o comportamento das crianças dentro de uma sociedade consumista que dissemina as características da vida adulta para as crianças fazendo com que as mesmas se tornem “mini adultos”. Assim, conhecendo o que tem caracterizado as crianças de hoje, saberei qual é a educação que se adéqua com o contexto a qual vivenciam, pois a educação tem de estar de acordo com a realidade dos alunos para que não se torne uma educação que não faça sentido para os mesmos, mais que os desenvolva. Frente a esta questão, como futura professora me posiciono a favor de crianças com direito a infância, com um desenvolvimento natural e saudável.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a percepção que os pais têm sobre o conceito de criança e infância e da influência da sociedade de consumo no desenvolvimento das crianças. Para isso, o trabalho busca abordar a concepção de infância e criança a partir de alguns teóricos como Ariés e Postman, na perspectiva do desenvolvimento infantil a monografia apresenta Piaget, Wallon e Vygotsky. Foi utilizado para a pesquisa o método exploratório descritivo, na qual foi aplicado um questionário a quatro mães e a quatro pais. As análises das informações revelam que os pais concebem as crianças como seres em fase inicial do desenvolvimento que necessitam de cuidados e educação, além de serem indivíduos dotados de inocência e imaturidade. A infância foi conceituada pelos pais participantes como um período da vida humana que se caracteriza pela formação de caráter e personalidade, assim como um período que também constitui-se de descobertas, fantasias e brincadeiras. Com relação as influências que favorecem o consumo, infere-se com esta pesquisa que tanto a sociedade quanto a família são instituições preponderantes para determinar não somente o consumo infantil, mas o comportamento e a forma de viver das pessoas.

Palavras-chave: criança; infância; sociedade do consumo; família; desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre as concepções do que é ser criança e o que é infância, propõe discutir como consiste o desenvolvimento da criança a partir de teóricos como Jean Piaget, Henri Wallon e Lev Vigotsky e também permite compreender a influência da sociedade de consumo no desenvolvimento infantil.

Os conceitos e os significados das coisas são criados pelo ser humano que tem a necessidade de dar nome aos objetos na qual se relacionam para assim facilitar a interação com esses objetos. Cada significado carrega uma concepção histórica, e revela a forma de pensar dos indivíduos em determinado tempo e espaço. Dessa maneira, o conceito de criança e infância de tempos históricos anteriores é diferente do conceito que temos atualmente, bem como o comportamento dessas crianças se modifica a cada significância que lhes são atribuídas.

É de notória relevância entender como enxergamos as nossas crianças e o período referentes a elas, ou seja, a infância. Assim, podemos analisar o papel da sociedade de consumo na vida das crianças e criticamente apontar quais são os benefícios e os malefícios dessa influência.

Neste trabalho notamos a influência da sociedade e da família para o consumo infantil que tem ocasionado problemas no desenvolvimento natural das crianças levando a uma erotização precoce, estão se tornando em mini-adultos cada vez mais, tirando delas o direito de uma infância saudável.

A influência da sociedade de consumo que tem como principal instrumento os meios de comunicação, principalmente as mídias, as publicidade e a internet tem contribuído também para o aumento do índice de crianças com obesidade, a violência e a prematura entrada das crianças na criminalidade, entre outros. Considerando estes aspectos é necessário que tomemos uma atitude em relação a esses efeitos maliciosos que tem prejudicado as nossas crianças.

O objetivo geral deste trabalho é **identificar como os pais concebem a infância e a criança, e como a sociedade de consumo tem influenciado no desenvolvimento das crianças**. A partir desse objetivo maior, foram delineados os objetivos específicos, são eles: **analisar as concepções que os pais têm de criança e infância; verificar a**

influência do papel da sociedade para o consumo; averiguar qual a relevância da família e da sociedade para o consumo infantil.

Para alcançar tais objetivos foi elaborado um questionário destinado aos pais de crianças cuja idade varia de um a doze anos, foram escolhidos quatro homens e quatro mulheres. Os dados colhidos são baseados nas respostas dos participantes e ao final do questionário foi realizado perguntas para traçar o perfil dos colaboradores.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O Capítulo 1 aborda sobre as noções de criança e infância, as características peculiares ao desenvolvimento da criança e como a infância e a criança foram compreendidas no Brasil.

O Capítulo 2 versa sobre a influência da sociedade de consumo no desenvolvimento da criança. Primeiramente são discutidos os aspectos gerais da sociedade de consumo que se consolidou com o advento do capitalismo e a forma que esse processo foi construído no Brasil. Em seguida identificou-se o consumo influenciando diretamente a vida das crianças e favorecendo o encurtamento da infância.

O Capítulo 3 é o capítulo da metodologia na qual foi explicitado o método, os participantes, os instrumentos e os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa.

O Capítulo 4 traz as análises dos resultados da pesquisa realizada, em que os dados coletados dialogaram com os teóricos apresentados na monografia em questão.

Por fim, as considerações finais, que aborda os comentários sobre os objetivos da pesquisa e resultados da amostra realizada.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Criança e Infância

A expressão da infância se iniciou na Europa por volta do século XV e ganha força no século XVII nas artes plásticas, precisamente na iconografia. Inicialmente as crianças eram retratadas com características de um corpo adulto e era diferenciada pelo tamanho, tinha forte inspiração na religiosidade marcado pela representação do “menino Jesus” e de anjos. (ARIÈS, 1978)

O desinteresse pela infância foi consequência de uma concepção da Idade Média que consideravam as crianças instáveis, de pouca importância. As crianças viviam misturadas aos adultos e como não recebiam cuidados, acabavam morrendo, era uma morte tida como “inevitável”, pois eram consideradas frágeis.

A taxa de natalidade era elevada e somente com o século XVIII com o advento dos métodos contraceptivos, mais especificamente a pílula anticoncepcional, as mulheres começam a ter um sentimento distinto sobre a função social de ser “mãe”, uma vez que a gravidez seria evitada e somente concebida caso desejasse. A redução da mortalidade infantil também foi provocada pela mudança nos hábitos de higiene e vacinação das crianças contra a varíola.

Embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. (ARIÈS, 1978, pág. 25)

O cuidado para com as crianças foi baseado nos dogmas religiosos, e foi aceito por toda sociedade europeia do século XVIII. A concepção moral da criança associava a fraqueza a sua inocência, com alma impregnada de impecabilidade que era reflexo da pureza divina. Esses dogmas eram difundidos pelas escolas, internatos jesuítas e dentro do seio familiar; a criança não podia misturar-se aos adultos ou mesmo estar sozinhas sem a presença de seus pais ou professores. O sentido da inocência da infância era uma dualidade caracterizada pela conservação da infância defrontando com a severidade que

os responsáveis pela criação das mesmas deveriam ter para que desde cedo fosse desenvolvido o caráter e a razão dessas crianças.

Segundo Ariès (1978), o primeiro sentimento da infância surgiu na família caracterizado pela “paparicação”. O segundo, proveio dos eclesiásticos ou homens da lei que viam as crianças como criaturas de Deus que eram preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. O terceiro sentimento alia esses dois atributos a uma preocupação com a higiene e a saúde física.

As crianças até os dez anos de idade não poderiam entrar na escola, pois eram consideradas incapazes ou “imbecis”. A partir dos dez anos a criança entrava na escola e se misturavam com as diferentes idades que freqüentavam as mesmas classes. A escola medieval não era destinada a educação das crianças, e sim uma escola de instrução dos clérigos, ou seja, formação de religiosos; dessa forma crianças e jovens poderiam estar juntos. Dizer que um menino estava em uma idade escolar, necessariamente não significava dizer que o mesmo era uma criança, pela tradição de classes escolares com idades distintas.

Contudo, não eram todos que freqüentavam as escolas, a maior parte da população escolar era constituída de famílias burguesas, juristas e eclesiásticos. Existiam nobres que iam as escolas e outros ao exército, como também artesãos e camponeses, mas tinham menos tempo de vida escolar por conta da demanda de mão de obra infantil que carecia com o advento da burguesia. (ARIÈS, 1978) Desde então já se fazia diferenciação entre a criança pobre e a criança rica.

A criança do sexo feminino era discriminada independente de sua classe social, e não comparecia as escolas. À elas eram dadas desde cedo, instruções domésticas e orientações para se tornarem mães, além de serem destinadas a conventos em que receberiam aprendizagem exclusivamente religiosa.

Ao falar de criança e infância não há como não nos remeter ao contexto histórico em que elas estão inseridas, pois todo conceito e significado construído tem influências históricas, culturais, políticas e até mesmo econômicas. Sendo assim, a criança de hoje não é a mesma criança de períodos históricos anteriores. A criança contemporânea tem novas características e necessidades influenciadas pelo contexto vigente, a globalização.

O conceito atual de infância é: o período de crescimento que tem origem no nascimento e vai até a puberdade, aos doze anos de idade. A sua etimologia vem do latim, *infans*, que significa sem linguagem. O ser humano que não tem linguagem, não tem pensamento, portanto irracional e deve ser adestrado. Essa definição filosófica justifica o tempo em que havia desinteresse pela criança. Já o conceito Criança, indica uma realidade psicobiológica, segundo o dicionário Aurélio: “é o indivíduo da espécie humana na infância”.

Refletir sobre o conceito de infância é algo complexo, pois a infância não está restrita especificamente a uma idade cronológica, assim “A infância, nessa perspectiva, deve ser compreendida como um modo particular de se pensar uma criança, e não um estado universal, vivida por todos ao mesmo tempo”. (MONTE, 2007, p.150)

A concepção de infância é um conceito moderno. A Idade Média considerava a criança um ser sem importância e apesar das crianças sempre existirem, a infância era inexistente, pois eram considerados adultos incompletos, por isso eram submetidos ao convívio adulto sem nenhuma distinção. A infância terminava aos sete anos e logo se iniciava a idade adulta, pois podiam dizer e compreender os adultos.

Para Sarmiento (2004, p.3):

A construção histórica da infância foi um resultado de um processo complexo de produções de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus quotidianos e mundo de vida e, especialmente de constituição de organizações sociais para as crianças.

A institucionalização da infância teve início na modernidade. Primeiramente com criação das escolas públicas, que está diretamente ligada a construção social da infância. Neste contexto as crianças foram tiradas das indústrias que trabalhavam no período da Revolução Industrial e foram levadas para as escolas, para que ali aprendessem e incorporassem desde pequeno os valores da sociedade. (SARMENTO, 2004)

A escola contribui para a construção social da infância na medida em que se concretiza como um espaço em que são transmitidos e apreendidos os princípios da sociedade, e ao mesmo tempo um espaço que molda o perfil de infância, ou seja, os valores que uma criança deve ter incorporado.

Para Postman (2012) a invenção da escola transformou a infância em uma necessidade. A partir do século XVI com o surgimento dos livros impressos, a escola nasceria com a finalidade de ensinar as crianças a ler, escrever e prepará-las para o mundo adulto. Os segredos da vida adulta eram preservados até que pudessem ter maturidade para interpretar tais conceitos. Com essa concepção de criança, a vida adulta foi diferenciada da vida infantil, os trajés agora são especiais para as crianças, as crianças têm linguagem diferente dos adultos, e pensam de uma forma distinta deles.

A segunda institucionalização da infância se deu com a família, responsabilizada pela proteção e pelo desenvolvimento da criança e onde ocorre mais intensamente as relações afetivas do indivíduo. (SARMENTO, 2004) Portanto a família é o primeiro contato que o indivíduo tem com o meio, é o lugar em que são repassados as crianças o conhecimento de senso comum, os conhecimentos prévios, de tradição familiar. Assim elas vão se desenvolvendo desde que nascem em seu seio familiar e posteriormente na escola e em todo convívio social.

Segundo Postman (2012) quando o significado de infância tomou forma, a família também tomou. A criança também deveria ser educada na família, os pais passaram a ser tutores, protetores e punidores de seus filhos além de assegurar uma instrução religiosa. O adulto tem uma conotação forte na sociedade deste período, é ele que controla e determina as condições pelas quais a criança se tornaria adulta.

Por isso é de fundamental importância entender quando falamos de criança a que período histórico ela esta inserida, pois a sociedade através de instrumentos como a escola e a família dão sentido e significado a infância e a criança, assim como tudo que nos rodeia. Esses instrumentos materializam todos os valores que a sociedade deseja que sejam difundidos para seus membros.

Sarmento (2004, p.12):

As culturas das crianças exprimem uma estrutura societal em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo que vinculam formas especificamente infantis inteligibilidade, representação e simbolização de mundo.

Junto com a escola e a família foram criados saberes sobre as crianças, esses saberes segundo Sarmiento (2004, p.4) constitui um “conjunto de prescrições atinentes ao desenvolvimento dentro do que se convencionam padrões de normalidade.” Ou seja, são saberes que ensinam a família e a escola a cuidarem das crianças, dentre esses: a pedagogia, a psicologia e a pediatria.

Concomitante a esses saberes foi originado o que Sarmiento (2004, p.5) chamou de “administração simbólica da infância” que é um conjunto de normas e atitudes que condicionam a vida das crianças em sociedade. Dessa maneira as crianças tinham lugares próprios de convívio social, e outros que lhe eram proibidos, como também regras de alimentação adequada e hora para estar junto a vida coletiva. Essa Administração simbólica da infância ocasionou o surgimento de normas internacionais que configuram uma infância global no plano normativo como a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) regida pela Convenção dos Direitos das Crianças.

A Psicologia como um dos saberes que permite compreender a criança, traz muitas contribuições a cerca do desenvolvimento infantil. Alguns teóricos estudaram a infância e a criança, se pautando no método experimental, ou seja, da observação. Um desses estudiosos foi Jean Piaget (1896-1980).

A criança para Piaget constrói mais evidentemente o conhecimento, assim se propôs a pesquisar a capacidade de construção e aquisição do conhecimento pelas crianças e adolescentes. O desenvolvimento e o crescimento mental estão diretamente ligados a inteligência do indivíduo, e somente com ela que o mesmo constrói seu conhecimento sobre o meio.

Daldegan (2009, p.23) cita Piaget:

Na sua concepção, é necessário defini-la como função e como estrutura. Enquanto função a inteligência deve ser vista como adaptação, ou seja, os processos da inteligência têm como finalidade a sobrevivência do sujeito no meio em que está inserido, modificando-o se necessário for ou se modificando para melhor se adaptar a esse meio, No que tange á descrição, do ponto de vista estrutural, a inteligência é uma organização, ou melhor, ela é uma organização dos processos que está associada a níveis de conhecimento. Quando a organização é complexa ela exige um nível de conhecimento mais complexo e quando se tratar de uma organização menos complexa a exigência é de um nível de conhecimento inferior.

A construção do conhecimento e a constituição de si próprio envolve mecanismo de adaptação e de organização. A adaptação é a experiência, a relação do sujeito com o meio; a organização é a relação do sujeito com si próprio com a atividade racional que irá permitir novas maneiras de adaptação e de organização. A inteligência não é um acúmulo de conhecimento, mais sim uma forma de reorganizar a mesma para ter maiores possibilidades de assimilação.

A interação do sujeito com o objeto não são realidades separadas, é uma interação que proporciona um dialogo constante do sujeito com o meio e com si próprio, com a sua subjetividade. Dessa forma, o indivíduo se desenvolve cognitivamente, chamado por Piaget de Teoria da Equilibração.

A assimilação é definida por Piaget como a relação entre o sujeito e o objeto, em que o sujeito enxerga o objeto e o interpreta, isto é, retira as informações e as retém. Já a acomodação na interação sujeito/objeto é a maneira que o sujeito se organiza para conhecer o mundo, sendo capaz de modificar e adequar as necessidades do objeto e às situações que se transformam no processo de constituição do conhecimento sobre o meio. Logo o conhecimento é um processo de assimilação e acomodação.

A Epistemologia Genética de Piaget explica como é o desenvolvimento cognitivo a partir de uma ordem sucessiva. O primeiro estágio é o sensório-motor, este período é o que antecede a linguagem, está presente nas crianças desde o nascimento até os 2 anos de idade. É um estágio de ações e percepções de uma “inteligência prática” que estimulam o desenvolvimento das estruturas mentais. Estão presentes também nesse período as ideias de causalidade e diferenciação, neste a criança acumula informações sobre o objeto e analisa as possibilidades de ação sobre eles, naquele a criança tem a habilidade de se perceber como objeto e também de poder interagir com outros objetos.

O próximo estágio é o pré-operatório também chamado de estágio de representação que vai dos dois aos cinco anos de idade. A qualidade da inteligência é modificada, pois a criança utiliza representações ou jogos simbólicos, além de ser introduzida no mundo da linguagem fazendo com que haja um significativo desenvolvimento das estruturas mentais. A criança nesse período entra no mundo da moralidade, Daldegan (2009, p.31):

Piaget acredita que só por volta dos 4 anos de idade é que a criança penetra no mundo da moralidade, mas apesar de diferenciar as regras

condicionadas pela natureza de normas morais ou sociais, ela ainda não compreende o sentido de tais regras.

No estágio das operações concretas, as crianças por volta sete e oito anos de idade já começam operar logicamente. Operar para Piaget significa ação do sujeito, ou seja, manipular e agir sobre o mundo, somente com os objetos que a criança pode manipular. Para Daldegan (2009, p.32): “[...] com o advento do pensamento operatório a criança adquire a habilidade de pensar uma ação e reverter esse pensamento.”

O último estágio classificado por Piaget é o Operatório Formal. As crianças com onze e doze anos dão continuidade e aprimoram o raciocínio formal, ou seja, pensam logicamente e conseguem abstrair os objetos.

É na medida em que se interiorizam as operações lógico-matemáticas do sujeito graças às abstrações reflexivas que constroem operações sobre outras operações, e na medida em que é finalmente alcançada essa extemporaneidade características dos conjuntos de transformações possíveis e já não apenas reais, que o mundo físico em seu dinamismo espaço-temporal, englobando o sujeito com parcela ínfima entre outras, começa a ficar acessível a uma leitura objetiva de algumas de suas leis e, sobretudo, a explicações causais que obrigam o espírito a uma constante descentração em sua conquista de objetos. (PIAGET, 1970, apud DALDEGAN, 2009, p.33)

Outro estudioso sobre a criança foi Henri Wallon (1879-1962) que considera a evolução mental da criança como um caminho não linear. A primeira infância para ele, isto é aos três a quatro anos, constitui uma escolha para observação “pura”, visto que a criança desta idade está mais acessível à observação. A escolha tem certa intencionalidade por parte do observador, ou seja, a relação do objeto de observação e as circunstâncias produzidas geram expectativas no observador. Assim sendo não é possível se afastar totalmente do objeto em questão, como a ciência almeja, Wallon (1968, p.36) afirma que “Desse modo, é difícil observar a criança sem lhe emprestar alguma coisa dos nossos sentimentos ou das nossas intenções.”

Para analisar uma criança é importante a cronologia de seu desenvolvimento, entretanto o desenvolvimento da atividade mental não é contínuo, da mesma forma que a evolução não é um simples acréscimo de capacidade funcional. Cada idade tem um ritmo de desenvolvimento diferenciado com inaptidões e potencialidades. O estudo da criança é um estudo das fases a qual lhe transformarão em adulta, em que cada etapa determina um nível de evolução mental e um tipo de comportamento.

A criança vivencia inúmeras transformações até que se torne adulta, mas é com o início da puberdade que a etapa infância é encerrada. Há mais semelhanças do que diferenças em relação ao desenvolvimento do indivíduo, assim as idades das crianças coincidem com nível de evolução e progressos. (WALLON, 1968) Wallon apresenta quatro fases do desenvolvimento da criança. São elas: a afetividade; a motricidade, o cognitivo e a pessoa.

A criança se desenvolve primeiramente no nível motor e é pelo movimento que a percepção é desenvolvida. O movimento é a interação do indivíduo com os objetos e com seu corpo. Para Wallon (1968, p.175):

A aquisição da linguagem, por exemplo, não é senão um longo ajustamento repetitivo de movimentos e séries de movimento ao modelo que, há muitos dias, permite à criança a compreender qualquer coisa dos propósitos dos que a rodeiam.

No nível cognitivo a evolução mental é determinada pelos fatores de origem biológico e social. O biológico diz respeito a fisiologia do corpo humano, aos traços hereditários que o ser humano carrega ao longo de sua história, já o meio designa os instrumentos e técnicas que serão utilizadas e que estão ligadas e influenciadas por nossas necessidades de vida cotidiana. A criança progressivamente se apodera dessas técnicas em seu meio social, assim quando as mesmas lhe fizerem sentido.

De acordo com Wallon (1968, p.55):

Entre a criança e o primitivo é nítida a distinção. Um encontra-se em presença de técnicas que ainda não sabe utilizar; ao outro faltam essas técnicas. A comparação de um e de outro é sem dúvidas útil, não porque nos faça encontrar na criança um estágio do passado, mas porque nos permite separar, no exercício do pensamento, a parte que pertence aos instrumentos e às técnicas da inteligência.

A afetividade se caracteriza por sensações de “bem ou mal” que pode implicar tanto no interior como exteriormente a pessoa. Para Wallon, a afetividade é dividida em: emoções, sentimento e paixão, sendo que os primeiros contatos do sujeito com seu meio ambiente são traçados pelas emoções. As emoções são sistemas de atitudes que correspondem a determinadas situações; o sentimento é a representação da sensação e não tem atitude instantânea própria da emoção, a criança recusa as relações que a rodeiam, pois falta a capacidade de interesse de contato rápido com outras pessoas; a paixão é a capacidade de desenvolver o autocontrole em função de um objetivo. (WALLON, 1968)

A evolução da pessoa tem origem no período afetivo. Nas primeiras semanas de vida da criança, ela tem a necessidade de alimento e de sono, os movimentos surgem em prol dessa necessidade. À medida que o bebê vai se adaptando ao meio, os seus movimentos se modificam e o que era espontâneo dar lugar a movimentos intencionais. As sensações, percepção, atos motores vão sendo aperfeiçoados, contudo é com o andar e a linguagem que a criança se torna mais independente, já que consegue expressar suas vontades e se movimentam sem que alguém a carregue.

Wallon também apresenta estágios do desenvolvimento infantil. São: Impulsivo-emocional, sensório-motor e projetivo, personalismo, categorial e puberdade e adolescência. O estágio impulsivo-emocional está presente nas crianças de 0-1 ano de idade, seus movimentos são desordenados e os gestos e toda forma de comunicação é influenciada pela emoção.

Nesse estágio a criança é fusionada ao mundo ao seu redor, não tem consciência entre o eu e o outro. A predominância afetiva domina as primeiras reações do bebê às pessoas. A exuberância de suas manifestações é proporcional a sua inaptidão em agir sobre o mundo, sobre a realidade exterior. (LIMA; REZENDE; LEITE; NAVES e REIS, 2012, p.132).

No Estágio Sensório-Motor e Projetivo a criança de um aos três anos de idade é entusiasmada a explorar o mundo externo pelas funções sensório-motora, o que Wallon chama de sensibilidade exteroceptiva e projetivo por que a criança utiliza os gestos para exteriorizar seus pensamentos. Nessa fase surge a linguagem.

A criança não consegue aceitar que algo possa ter dois ou mais significados, ou seja, ela não entende que se sua mãe se chama Maria, outra pessoa também possa se chamar Maria, o nome está associado à pessoa (a mãe). (LIMA; REZENDE; LEITE; NAVES e REIS, 2012, p.134)

O estágio personalismo está presente nas crianças de três aos seis anos de idade, a imitação é bastante presente, a criança tem a necessidade de agradar a outros, admirar, por isso procurar imitar. A criança só se satisfaz quando ver que agrada a outro, ela tem apego as pessoas. Contudo, ao mesmo tempo em que ela imita, também procura constituir-se como pessoa. É neste período que a criança entra no período escolar e isso acarreta alterações em seu desenvolvimento psíquico, pois é tomada pela curiosidade, dessa maneira, o interesse é para as “coisas” e não mais para o “eu”. Nesta fase Wallon enfatiza que o outro é essencial para a formação da consciência de si e do mundo, ou

seja, a formação do eu. Quando a criança imita o outro, ela o tem como referência e quando o nega pretende se descobrir como ser humano. Para Almeida (1997, p.2):

Na concepção walloniana, portanto, o outro se constitui como elemento essencial, estruturante da formação do eu, e a consciência de si e do outro (e do mundo) se elaboram a partir do estabelecimento de uma relação conflitual entre o eu e o não-eu.

No estágio categorial (sete aos doze anos de idade) a criança ainda está voltado para as descobertas do mundo exterior, mas percebe que há uma diferenciação entre si próprio e o mundo externo. É a idade que a criança aprende a ler e com isso ela tem uma atuação diferenciada com o meio que vive. Ela ver que é capaz de contribuir com diferentes ações sobre o seu meio, se afasta das coisas que lhe são familiares e deseja aprender algo novo. As crianças nessa fase estão constantemente construindo e desconstruindo conceitos e sua visão de mundo.

No início desse estágio há a presença do sincretismo que é a principal característica do pensamento infantil e relaciona-se ao estado de fusão em que se encontra quando ainda não separou o *eu* do *outro*. Há quatro características do pensamento sincrético que podem ser observadas:

- Fabulação: inventar histórias
- Tautologia: repetição de palavra como recurso para definir algo
- Elisão: exclusão de elementos
- Contradição: substituição de ideias contrárias.(LIMA; REZENDE; LEITE; NAVES e REIS, 2012, p.136).

Com o término da infância a puberdade tem seu lugar. A imitação que é algo característico de uma das etapas da infância, é evitado na adolescência. O jovem pretende se afirmar como pessoa, ele quer criar a sua identidade. Essa fase é marcada por contradições e reflexões que duram até que se atinja a maturidade adulta. O estudo da criança e da infância tem por finalidade não só o entendimento das peculiaridades de cada etapa correspondente, mas também tem o objetivo de entender o processo que levou a criança a se constituir como adulto.

É contra a natureza tratar a criança fragmentariamente. Em cada idade, ela constitui um conjunto indissociável e original. Na sucessão de suas idades, ela é um único e mesmo ser ao longo de metamorfoses. Feita de contrastes e de conflitos, a sua unidade não deixa por isso de ser susceptível de desenvolvimento e de novidade. (WALLON, 1968, p.233)

Lev Vygotsky (1896-1934) também foi um teórico que contribui para o entendimento de como ocorre o desenvolvimento humano, mas não aprofundarei em

sua teoria. Vygotsky acreditava que o desenvolvimento humano era consequência de trocas sociais por meio de processos de interação e mediação, era um teórico cuja abordagem era sociointeracionista.

O homem para Vygotsky é biológico, histórico e social, assim até mesmo as posturas e atitudes individuais sofrem influência das interações com o coletivo, porque o indivíduo vai se constituindo como ser humano na medida em que se relaciona com os outros.

A aprendizagem e o desenvolvimento são processos distintos, mas que caminham juntos. O desenvolvimento psicológico e mental é estimulado pelos processos de socialização, a aprendizagem emerge quando há a internalização dos conceitos apreendidos nesse meio social. Para Rabello e Silveira (2011, p.5):

Não podemos pensar que a criança vai se desenvolver com o tempo, pois esta não tem, por si só, instrumentos para percorrer sozinha o caminho do desenvolvimento, que dependerá das suas aprendizagens mediante as experiências a que foi exposta.

A criança é um ser que pensa e que aprende e reproduz sua cultura, sendo a escola um espaço em que ela terá a sua disposição esses mecanismos de desenvolvimento e aprendizagem pela interação com os outros sujeitos. O desenvolvimento e a aprendizagem estão associados ao que Vygotsky denominou de “zona de desenvolvimento proximal” que é a diferença entre o desenvolvimento real, isto é, aquilo o indivíduo de fato tem capacidade de desenvolver e o desenvolvimento eminente que é aquilo que está próximo a se desenvolver. É nessa zona que a aprendizagem vai ocorrer.

O processo de desenvolvimento infantil é um processo ininterrupto de mudanças. O nível do desenvolvimento da criança é o nível de desenvolvimento atual junto a zona de desenvolvimento iminente que é aquilo que está prestes a amadurecer. A instrução deve ajustar-se não ao nível do desenvolvimento atual, mas à zona de desenvolvimento iminente.

De acordo com Vygotsky a linguagem é essencial no processo de desenvolvimento humano, é um instrumento de comunicação que torna o ser humano social, histórico e cultural. A aquisição da linguagem passa por três etapas: a linguagem social, a linguagem egocêntrica e a linguagem interior.

A linguagem social é uma via de comunicação, expressão e compreensão, que organiza o pensamento e permite a socialização dos indivíduos. A linguagem egocêntrica é a fala da criança para si mesmo que ajuda organizar as ideias e planejar as ações. A linguagem interior sucede a fala egocêntrica, conforme Rabello e Silveira (2011, p.9): “O declínio da vocalização egocêntrica é sinal de que a criança progressivamente abstrai o som, adquirindo capacidade de “pensar as palavras”, sem precisar dizê-las.” é “algo feito de idéias, que muitas vezes nem conseguimos verbalizar, ou demoramos ainda um tempo para achar as palavras certas para exprimir um pensamento.”

Vygotsky (1998, apud Rabello e Silveira, 2011, p.10):

Finalmente, cabe destacar que o pensamento não é o último plano analisável da linguagem. Podemos encontrar um último plano interior: a motivação do pensamento, a esfera motivacional de nossa consciência, que abrange nossas inclinações e necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções. Tudo isso vai refletir imensamente na nossa fala e no nosso pensamento.

Falamos de diferentes concepções de criança e infância e o desenvolvimento infantil na perspectiva de Piaget, Wallon e Vygotsky. A seguir falaremos de como a infância foi concebida no Brasil.

1.2- A infância no Brasil

As informações citadas no presente tópico sobre a infância e a criança no Brasil foram obtidas nos textos de Lage e Rosa (2011), de Czarnabay (2011) e Priore (1991). Que contextualizam os períodos mais relevantes da história da criança no Brasil.

No Brasil, a história da infância começa quando Portugal recruta crianças de seu país para o Brasil colônia. Essas crianças faziam parte da mão de obra que serviriam a Coroa Portuguesa na colônia. (LAGE e ROSA, 2011).

As crianças selecionadas geralmente eram crianças judias, assim era possível controlar a população judaica em Portugal; crianças pertencentes a famílias que não tinham condições de criá-los e crianças órfãs. Durante as embarcações as crianças já

tinham comportamentos característicos de um adulto, pois deveriam saber lidar com a fome, a insalubridade, os maus tratos entre outros aspectos.

Quando os portugueses chegam ao Brasil, houve um choque de cultura, os portugueses consideraram os índios como seres animais que deveriam ser aculturados. Contudo a maneira que os índios percebiam a infância era muito diferente da maneira que os europeus concebiam a infância. Para os índios as crianças eram valorizadas e recebiam uma educação para que eles pudessem seguir a tradição de seus antecessores, já os europeus viam as crianças como seres fragilizados que durariam por pouco tempo, visto que na Europa as crianças morriam muito cedo devido a falta de cuidado e a consciência da infância.

No processo de aculturação, a educação das crianças indígenas era realizada pelos jesuítas que além de colonizá-los queriam propagar a religião católica no Brasil. Lage e Rosa (2011, p.6) destacam:

[...] Os dados encontrados mostram como a educação indígena (da sociedade indígena) era rica em valores morais, e como esta não foi respeitada pelos portugueses e jesuítas como tal. Desta, maneira, justifica-se a importância de destacar estes fatos. As famílias que habitavam as terras brasileiras não constituíam uma preocupação para Portugal, que inspirando-se no modelo da Inglaterra, passava a se beneficiar dos lucros da colônia brasileira.

Com o passar do tempo e com o crescimento da colônia, a mão de obra indígena é desvalorizada e trocada pela mão de obra negra. Neste contexto de escravidão do negro, a preferência era por homens, assim mulheres e crianças eram deixadas de lado, por não possuírem a força física de um homem negro.

Não era conveniente aos Senhores de Engenho que suas escravas engravidassem, pois teriam que arcar com as despesas da criança e também seria um período de menos produtividade da escrava. Os filhos dos escravos poderiam se misturar aos filhos dos senhores, eles não tinham diferenciação até os seus cinco anos de idade. Passado essa idade os filhos dos senhores iriam as escolas e os pequenos escravos já assumiriam o trabalho como mão de obra.

O tráfico negreiro chega ao fim e a sociedade brasileira caminha para o fim da escravidão, neste momento os senhores de escravos impossibilitados de comprar negros optaram pelos filhos dos escravos. Com esta situação muitas negras abortavam seus

filhos para que eles não fossem escravizados ou mesmo abandonavam seus filhos em zonas rurais, pois ali tinham famílias que adotavam essas crianças para ajudar com as atividades da terra.

Nas zonas urbanas, as crianças eram abandonadas muitas vezes por serem resultado de gestações indesejadas, uma vez que na época uma mulher que engravidasse antes do casamento era mal vista pela sociedade. As crianças não tinham o mesmo privilégio de serem adotados, pois viviam poucas famílias no ambiente urbano, assim eram recolhidos pelas igrejas, hospitais, conventos por meio da chamada “roda dos expostos”.

Segundo Nascimento (2008, p.100, apud Lage e Rosa, 2011, p.10):

Em um cilindro de madeira que girava sobre um eixo vertical e era encaixada numa grossa parede [...] instalada para receber as crianças enjeitadas, a roda foi colocada no muro de trás da instituição, pois era preciso garantir ao depositante a descrição, assegurando-lhe o anonimato, guardar o segredo de sua identidade

Muitas das crianças que iam para essas casas de recolhimento morriam por não serem cuidadas e as que sobreviviam iam para as ruas, e muitas dessas cometiam furtos para garantir sua sobrevivência. Assim a criança abandonada começava a ser um problema social, era visto como um perigo para a sociedade, passando ser um caso de polícia, que as prendiam em cadeias sem nenhuma distinção entre os adultos infratores. Para solucionar esta questão foi editado em 1926 o Decreto que instituía o “Código dos Menores.”

E, assim, institui-se o termo “menor”, que nos traz para um significado negativo da concepção de infância. As crianças eram divididas em dois grupos: as crianças de família e os menores, que poderiam ser órfãos ou desfavorecidos financeiramente, e ainda aqueles menores infratores. (CZARNABAY, 2011, p.4)

Segundo o “Código dos Menores” a criança encontrada na rua deveria ser enviada para as instituições disciplinares, elas deixavam de ser um caso de polícia e passou a ser uma questão de assistência social que seria fornecida pelo Estado por meio dessas instituições. Assim sendo, as crianças deveriam ser educadas com medidas preventivas e corretivas em vez de serem reprimidas e castigadas como eram anteriormente.

A idéia de destinar as instituições criadas a formar e educar, como objetivo de prevenir a criminalidade do menor e do adulto,

confrontava-se com a idéia de encaminhar as instituições para o castigo e punição, com o objetivo de reprimir nos moldes das pessoas adultas. A prevenção, por meio da assistência aos menores, foi apresentada como uma estratégia mais racional e eficaz do que a simples repressão [...] (PRIORE, 1991, p.85)

O Brasil preocupava-se com “menor” porque ele colocava em risco a ordem do País. Desde o Código Brasileiro de 1820 os juristas estabeleciam idade para a responsabilidade penal, que oscilava de nove aos quatorze anos de idade, mas foi somente em 1940 que os dezoito anos foi fixada como uma idade em que os indivíduos poderiam ser responsabilizados na esfera criminal. A Constituição de 1934 já revelava a preocupação com a idade limite para o trabalho infantil, proibindo o trabalho para os menores de quatorze anos; a Constituição de 1946 vedava o trabalho noturno para os menores de dezoito anos; a Constituição de 1969 proibiu o trabalho aos menores de doze anos e traz a obrigatoriedade do ensino primário público às crianças de sete aos quatorze anos e por fim a Constituição de 1988, a Constituição vigente, que cria normas de garantias trabalhistas e estabelece a idade mínima de quatorze anos para o trabalho. (PRIORE, 1991)

A questão da criminalidade na visão dos governos republicanos que instituíam a democracia no Brasil era um empecilho para que o país se transformasse numa grande potência e se adequasse ao sistema capitalista. Com o ideal de “ordem” o governo criou a FUNABEM. Entretanto o objetivo do governo não era proteger as crianças e sim combatê-las.

Em dezembro de 1964 foi criada a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) com os objetivos de reprimir, corrigir e integrar os supostos menores desviantes, pois estes significavam riscos para a ordem pública e eram estas situações que se queria combater. (LAGE e ROSA, 2011, p.12)

O Estado era provedor da Política Nacional do Bem Estar do Menor que instituiu o FUNABEM. O Estado deveria ser responsabilizado pelos menores, já que os pais passaram a ser vistos pela sociedade como incapazes de cuidar de suas crianças que continuavam como um problema social.

A família era enxergada como base da sociedade e como o País passava por transformações oriundas do sistema capitalista, ela também se modificou. Segundo Marques (1976, apud Priore, 1991, p.98):

A família encontra-se em processo de desorganização, pelo declínio da autoridade paterna, pela independência dos membros da casa, pela emancipação da mulher, o acentuado desvirtuamento da religião; enfim, pela decorrência do Brasil entrar na era tecnológica que acaba colocando as crianças e os jovens frente à indecisão. Perde-se paulatinamente a consciência das normas e valores estabelecidos pela civilização ocidental.

Em 1976, foi criado em São Paulo, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) que se adequava a Política de Política Nacional do Bem Estar do Menor do governo Federal, que também visava o atendimento as crianças e jovens carentes e infratores. Atualmente é chamada Fundação Casa e possui vários pólos educativos espalhados pelo país.

Recompor coisas significa compor os mesmos elementos de forma diferente. Como toda modernização cria marginalização, esta cria delinquentes. A resposta dada pelo Estado brasileiro é a criação das FEBEMs, para crianças, dirigidas pela PNBEM. É a resposta (não necessariamente a definitiva) que se considera a melhor. (PRIORE, 1991, p.108)

Na Constituição Federal de 1988 a criança e o jovem são reconhecidos como prioridade absoluta devendo a família, a sociedade e o Estado assegurá-los. Conforme a Constituição, art 227, caput:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)¹

Mas foi com a lei 8.069 de 1990, chamada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabeleceu especificamente os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes e as medidas de proteção inerentes a eles como direito a liberdade, a saúde, o direito de brincar, praticar esportes, se divertir, entres outros. O advento da lei

¹Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-constituicao-federal-de-1988->>Acesso em: 24 abril 2014.

foi um importante passo para o reconhecimento dos direitos individuais das crianças e dos adolescentes.

Essa lei em vários artigos versa sobre a proteção que se estende desde a gestante até o jovem adolescente. A criança passa a ser enxergada de uma nova forma com o surgimento do estatuto, embora esta lei constitua um grande avanço no que diz respeito a proteção as crianças e aos adolescente, ainda existem desrespeito aos direitos das nossas crianças, como a influência que a sociedade de consumo tem exercido sobre elas. (CZARNABAY, 2011)

O ECA revogou o Código do Menor junto com a nomenclatura “menor” sendo substituídos pelos termos “criança e adolescente”. A Criança e o adolescente com o estatuto são concebidos como cidadãos de direitos, que tem anseios e opiniões perante a sociedade a qual estão inseridas. O Estatuto foi resultado de um longo processo social e político formado por pessoas que passaram a enxergar que o problema do “menor” no país não era causado por si mesmo, e sim de uma falta de compromisso e cuidado da família, da sociedade e do Estado para com as crianças.

Assim sendo, o lugar da criança e do adolescente é na família, na escola e na comunidade que tem sobre as crianças uma responsabilidade participativa e coletiva. A criança e o adolescente independentemente de classe, etnia ou crença deve ser protegida por essas instituições sociais que deve assegurar o pleno desenvolvimento dos mesmos, para que em vida adulta possam participar ativamente como cidadãos de direitos e deveres.

A proteção para as crianças e os adolescentes segundo o ECA deve ser uma proteção integral e com absoluta prioridade, pois somente dessa maneira eles estão de fato protegidos. Para Gandolfi (2010, p.8):

Para que a proteção integral aconteça é preciso garantir trabalho digno aos pais, moradia decente às famílias, assistência àqueles que estão em situação de vulnerabilidade e segurança para impedir casos de maus-tratos e de abuso contra crianças e adolescentes.

No campo jurídico os órgãos responsáveis pela fiscalização do governo e da sociedade no cumprimento do ECA são: o Ministério Público, o Juiz da Vara da Infância e o Conselho Tutelar. Esses órgãos cuidam para que não haja descaso para com as crianças e adolescentes e que seus direitos possam ser sempre respeitados e efetivados.

O ECA também preconiza medidas sócio-educativas. As medidas sócio-educativas são aplicáveis às crianças e aos adolescentes caso venha ocorrer em ato infracional, não visa punir, mas educar. Quem aplica é o Juiz da Infância e da Juventude às crianças e aos adolescentes com faixa etária de 12 aos 18 anos. São elas: ADVERTÊNCIA (ART. 115 DO ECA) que é: uma repreensão judicial, com o objetivo de sensibilizar e esclarecer o adolescente sobre as consequências de uma reincidência infracional; OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO (ART. 116 DO ECA) é um ressarcimento por parte do adolescente do dano ou prejuízo econômico causado à vítima; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (ART. 117 DO ECA) é a realização de tarefas gratuitas e de interesse comunitário por parte do adolescente em conflito com a lei, durante período máximo de seis meses e oito horas semanais; LIBERDADE ASSISTIDA (ARTS. 118 E 119 DO ECA) é um acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei por equipes multidisciplinares, por período mínimo de seis meses, objetivando oferecer atendimento nas diversas áreas de políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização, com vistas à sua promoção social e de sua família, bem como inserção no mercado de trabalho; SEMILIBERDADE (ART. 120 DO ECA) é uma vinculação do adolescente a unidades especializadas, com restrição da sua liberdade, possibilitada a realização de atividades externas, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização. O jovem poderá permanecer com a família aos finais de semana, desde que autorizado pela coordenação da Unidade de Semiliberdade e a INTERNAÇÃO (ARTS. 121 A 125 DO ECA) que é uma medida socioeducativa privativa da liberdade, adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo adolescente se enquadrar nas situações previstas no art. 122, incisos I, II e III, do ECA. A internação está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A internação pode ocorrer em caráter provisório ou estrito.²

Ao contrário do que muitos afirmam o Estatuto não é uma lei permissiva. É bastante rígido, está acordado pelo Mundo do Direito, isto é, pelo mundo das regras de convivência social e de realização da cidadania. Não há direito sem dever. Por esse motivo além das políticas programáticas, de proteção, o Estatuto definiu as medidas sócio-educativas, de orientação e mudança de postura daqueles que não são apenas vítimas, são também vitimadores na sociedade neoliberal. Embora essa estrutura social seja fortemente marcada pela

² Disponível em <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas-socioeducativas-1>> Acesso em: 10 maio 2014.

força, o E.C.A. prima e inclusive resiste a essa lógica autoritária, na medida em que seu objetivo é constituir educatividade por meio da força da palavra, do exemplo, do encorajamento democrático. (GANDOLFI, 2010, p.9)

Há muitas discussões sobre a efetividade das medidas sócio-educativas, alguns concordam e outros discordam dessas, por acharem que se trata de uma lei permissiva que dar margem as crianças e os jovens a continuarem impunes diante dos crimes. A questão relevante desse assunto diz respeito ao cumprimento dos órgãos responsáveis pela eficácia social dessas medidas, e se esses estão comprometidos com a recuperação ou estão “deixando de lado” as crianças e adolescentes que cometem infrações e delitos e que precisam ser reeducados para ser integrados novamente na sociedade. Em verdade, esta questão é uma problemática constante de nosso país, mas não iremos aprofundá-la.

Neste tópico relatamos o surgimento da ideia de infância no Brasil e o processo histórico de leis que visavam amparar as crianças diante do Estado, da sociedade e da família. Esses que passaram a ser responsáveis por assegurar as crianças e todos os direitos inerentes a elas. O Capítulo 2 a seguir versará sobre a sociedade de consumo e a influência na vida das pessoas e no desenvolvimento das crianças.

CAPÍTULO II

2. Sociedade de consumo e a influência no desenvolvimento infantil

Sociedade de consumo é um conceito usado por vários intelectuais para se referir a sociedade contemporânea, ou seja, a sociedade de hoje, em que vivemos. O significado do ato de “consumir” é essencial para entender as atividades do consumo, seja para satisfação de necessidade ou de um desejo, é uma atividade humana que está presente em qualquer sociedade humana. (BARBOSA, 2012).

Há autores que consideram a sociedade de consumo como consequência de um tipo específico de consumo e outros, que já consideram como um consumo de massa para as massas, presença de um mercado intenso e de consumidores insaciáveis.

O termo “sociedade de consumo” tem sido confundido com “cultura do consumo” que na verdade são significados diferentes. Nem toda sociedade que tem uma forte sociedade de mercado tem um consumo cultural que promove uma diferenciação social, ou seja, a escolha da identidade e do estilo de vida não é um ato individual, mas um padrão de comportamento de vida determinado pela sociedade. Um exemplo da diferença entre a sociedade de consumo e cultura de consumo é a sociedade indiana que a religião molda os costumes das pessoas, como os alimentos que podem ser consumidos, as vestimentas que devem usar.

Barbosa (2012) cita a visão de alguns autores sobre a cultura do consumo que leva a perda de autenticidade das relações sociais, materialismo e superficialidade. E há outra abordagem de autores que consideram o consumo para compreender os processos sociais e culturais.

À dificuldade conceitual de se definir e delimitar o que é uma sociedade de consumo junta-se o caráter elusivo da atividade de consumir, que a torna apenas social e culturalmente percebida na sua dimensão supérflua, ostentatória e/ou abundância. A consequência dessa associação automática e inconsciente entre consumo, ostentação e abundância foi e ainda é o permanente envolvimento da sociedade de consumo e do consumo com debates de cunho moral e moralizante sobre os seus respectivos efeitos nas sociedades contemporâneas. (BARBOSA, 2012, p.12)

O consumo despertou interesse dos sociólogos a partir de 1980, segundo Barbosa (2012) esses teóricos reconheceram o consumo como um processo cultural, assim atividades cotidianas como comer e se vestir, por exemplo, reflete a forma de consumo pertencente a uma sociedade. Definiram a sociedade contemporânea como sociedade de consumo, Barbosa (2012, p.14) afirma: “isso significa admitir que o consumo está preenchendo, entre nós, uma função acima e além daquela satisfação de necessidades materiais e de reprodução social comum a todos os demais grupos sociais.”

As origens históricas da sociedade de consumo moderna são divididas em dois aspectos: um tem a preocupação com o surgimento (“quando”) e outro com os indícios que demonstraram a mudança de quantidade material dispostos na sociedade (o que mudou). A perspectiva do “quando” considera que o momento de grande revolução do consumo foi no período pós-industrialização que modernizou o mundo ocidental, mas existem contradições a respeito dessa teoria. A primeira está no fato de que essa revolução para o consumo não poderia ter acontecido neste período, pois não existia demanda para a produção nem pessoas com possibilidades de compra para consumir os produtos; e a segunda é que as invenções tecnológicas da Revolução Industrial ocorreram tempo depois da explosão do consumo, o que torna esta teoria inválida. (BARBOSA, 2012)

A perspectiva econômica enfatiza que a explosão do consumo ocorreu devido ao fato de que as pessoas são insaciáveis e têm uma propensão natural para consumir e quanto maior for seus recursos disponíveis, maior é a probabilidade de consumo. Contudo para Barbosa (2012, p.16) “esse lado econômico não consegue- e tampouco está interessado- em explicar a origem nem da “insaciabilidade” em da “propensão natural a consumir”, assim a insaciabilidade e a propensão natural a consumir seria consequências de fatores inerentes as pessoas que a economia não investigaria, pois não era objeto de seu campo de pesquisa.

Foram várias as transformações que ocorreram para a mudança da sociedade tradicional em uma sociedade de consumo, Barbosa (2012) concentrou sua explicação em dois aspectos: a passagem do consumo familiar para o consumo individual e a transformação do consumo de pátina para o consumo de moda.

Em tempos históricos anteriores, as famílias produziam para atender suas necessidades fisiológicas e sociais. O estilo de vida das pessoas era padronizado, ou seja, a maneira de se vestir, os hábitos alimentares entre outros não era uma escolha individual e sim regras condicionadas que eram destinadas a alguns grupos e proibida a outros. Essas regras determinavam a posição social dos indivíduos.

Como os nobres franceses eram proibidos de trabalhar e nem todos eram capazes de saber render adequadamente seus próprios recursos, a dependência dos favores reais por rendas vitalícias era imensa e movimentava os bastidores da corte de Versalhes. Outra opção para evitar a falência era o casamento com os burgueses, a classe produtiva da sociedade francesa. Os burgueses, que por sua vez possuíam os bens necessários à manutenção permanente de um determinado estilo de vida, almejavam o tipo de consumo dos nobres, que lhes era vedado pelas leis suntuárias. Portanto, casamentos entre burgueses e nobres eram uma consequência natural da sociedade onde trafegam em sentido inverso da renda e o estilo de vida e status. (BARBOSA, 2012, p.20 e 21)

Na sociedade contemporânea não existe regras que controle e determine o estilo de vida que a pessoa deseja seguir, a contemporaneidade é marcada pela liberdade de escolha. Não existe um grupo de referência a ser seguido como em tempos históricos anteriores, e sim uma diversidade de grupos que criam sua própria maneira de viver, com seus costumes, seus hábitos, não existindo leis que proíbem ou que falem o que devemos consumir.

É o império da ética do self, em que cada um de nós se torna o árbitro fundamental de suas próprias opções e possui legitimidade suficiente para criar sua própria moda de acordo com o seu senso estético e conforto. Finalmente, como não existem grupos de referência, nem regras que decidam por e para nós, os grupos sociais são indiferenciados entre si em termos de consumo. Todos somos consumidores. Desde que alguém tenha dinheiro para adquirir um bem desejado não há nada que o impeça de fazê-lo. (BARBOSA, 2012, p.22)

O estilo de vida e identidade pode ser determinado pelo o que a pessoa consome, assim independentemente de posição social a pessoa tem o direito de escolher o que deseja ser. A autonomia da escolha também faz com que sejam criados mecanismos de diferenciação, inclusão e exclusão porque a escolha individual de uma pessoa pode fazer com que haja aceitação ou rejeição de outra escolha particular. A aceitação ocasiona a formação de grupos com valores semelhantes e a rejeição leva à exclusão de tudo aquilo que está fora dos valores compartilhado por determinado grupo.

Barbosa (2012) conceitua a mudança do consumo de pátina para o consumo de moda. Pátina são objetos usados e repassados de gerações para gerações que confere tradição e nobreza, mas na contemporaneidade é substituída pela moda. A moda é uma aquisição moderna, que tem como parâmetro a novidade. O presente, o atual é que reflete a moda, a referência são os contemporâneos e não os antepassados.

As teorias que falam sobre a sociedade de consumo destacam a realidade social, analisam o papel do consumo na sociedade contemporânea. Já as teorias sobre o consumo evidenciam como a subjetividade e os processos sociais influenciam na escolha de bens e serviços para o consumo e qual é o impacto desse consumo na vida das pessoas. Apesar de ambas as teorias estarem ligadas, cada qual tem um objeto específico de estudo. Barbosa (2012) em seu livro “sociedade de consumo” introduz alguns teóricos para o entendimento dos mecanismos que deram origem a sociedade de consumo e a cultura do consumo.

Slater (2001, apud Barbosa, 2012) estuda a sociedade e a cultura do consumidor. Ele definiu a cultura do consumidor a partir de conceitos sociológicos, assim: a cultura do consumidor é uma cultura de consumo de uma sociedade de mercado, as relações sociais como a identidade, valores culturais, as práticas sociais são orientadas para o consumo e isso faz com que a sociedade se transforme em uma sociedade materialista, superficial em que o mais importante é o que a pessoa tem e não o que ela é. Contudo enfatiza o lado positivo da cultura do consumidor que predomina a autonomia da escolha; a cultura do consumidor é uma cultura de uma sociedade capitalista; a cultura do consumidor é impessoal e universal, é impessoal porque os produtos a serem consumidos se destinam para as massas, os sujeitos são anônimos. Universal, pois qualquer pessoa tem o direito de consumir aquilo que deseja desde que tenha recursos para possuí-lo, ou seja, o ato de consumir é um ato privado que ocorre no íntimo de cada um; na cultura do consumidor, os consumidores são insaciáveis, visto que as necessidades e os desejos das pessoas estão sendo personificados e refinados; e por último, a cultura do consumidor favorece a construção da identidade social por meio das escolhas individuais.

Featherstone (1995, apud Barbosa, 2012) reúne teorias sobre a cultura do consumo e dividi em três grupos, são eles: a produção do consumo, os modos de consumo e o consumo de sonhos, imagens e prazeres. A produção do consumo

interpreta a cultura do consumidor como resultado da expansão do capitalismo influenciado pelo taylorismo e fordismo e que também chamou atenção do marketing e da propaganda pelo aumento crescente do consumo. Os modos de consumo dizem respeito á uma lógica de consumo que faz com que as mercadorias demarquem as interações sociais, isto é, as atividades de consumo tem influenciado a formação dos hábitos, identidades e diversidade de estilos de vida. O último grupo “consumo de sonhos, imagens e prazeres” reforça que a dimensão dos prazeres emocionais, os sonhos, os desejos estão no consumo e em espaços físicos como os shoppings, lojas de departamentos e outros espaços que propiciam sensações físicas e prazeres estéticos.

Baudrillard (1995, apud Barbosa, 2012) é um autor consagrado nas teorias sobre a produção do consumo. Para o teórico a sociedade de consumo é aquela que o signo é a mercadoria e que a atividade de consumo implica na manipulação desses signos por intermédio da mídia, do marketing e da propaganda.

Essa autonomia do significado em relação ao significantes torna a sociedade de consumo ou sociedade pós-moderna um universo social saturado de imagens. E a superprodução de signos e reprodução de imagens leva a uma perda de significado estável e uma estetização da realidade, na qual o pastiche se torna mais real que o real, se torna hiper-real. O presente se torna o tempo permanente e as imagens são unidas cacofonicamente, sem qualquer preocupação com uma lógica histórica que as reúna numa narrativa cronológica e espacialmente coerente. (BARBOSA, 2012, p.39)

Bauman (2001, apud Barbosa, 2012) é um autor que tem suas idéias difundidas no Brasil que caracteriza a sociedade de consumo em um aspecto pessimista, que desagrega a vida das pessoas. Para Bauman nas sociedades históricas anteriores existiam necessidades biológicas e sociais que justificavam a prática do consumo, todavia com a sociedade de consumo, o ato de consumir é legitimado pelo prazer que o consumo oferece aos indivíduos. No entanto, os pressupostos de Bauman foram criticados pela condenação que ele faz ao prazer individual e pela classificação das sociedades anteriores sem fundamentação histórica ou sociológica.

O que impele a sociedade de consumo não é um conjunto fixo, circunscrito e finito de necessidades, mas o desejo (desire) e agora na época do capitalismo tardio o capricho (wish) [...] Enquanto o desejo liga o consumo a dimensões de auto-expressão, gosto e classificação, o capricho se caracteriza pela sua dimensão casual, espontânea e aleatória. Enquanto o desejo se enraíza na comparação, na vaidade e na necessidade de aprovação, o capricho como todos os caprichos, é infantil e inseguro. (BARBOSA, 2012, p.46)

Campbell (2000, apud Barbosa, 2012) tem ideias similares em relação à Bauman, mas enquanto este atribui o consumismo como desagregação social e individualismo de forma pessimista, aquele vê o consumo como fator que influencia a construção da identidade. Segundo Barbosa (2012, p.50): “O nossos selves são definidos pelos nossos gostos e preferências pessoais e o consumo funciona, nesse contexto, como uma avenida de conhecimento e reconhecimento do que sou.” Para Campbell a sociedade de consumo moderna é caracterizada pela insaciabilidade dos consumidores, é um processo ininterrupto que quando uma necessidade é satisfeita outra já está a caminho, novos produtos são desejados.

Ele não concorda com a proposição de que o consumismo é materialista, para Campbell a insaciabilidade é o desejo dos consumidores de tornar realidade a imaginação, e cada produto novo possibilita a concretização desse anseio, mas como realidade e imaginação são campos distintos cada compra leva a desilusão o que faz com que haja novamente outra compra até que seja realizado essa ambição.

No Brasil são poucos os estudos sobre o consumo no país, são consideradas quatro versões acadêmicas brasileiras que explicam a sociedade de consumo. Na primeira, o consumo está dominado pela ótica capitalista e tem destruído a cultura como um todo; na segunda versão, o consumo é caracterizado como materialista, uma vez que as pessoas estão mais interessadas em seus bens do que nas outras pessoas; a terceira argumenta que o aumento do consumo leva a perda da autenticidade das pessoas, é uma relação irracional com a cultura material, e a quarta e última versão aborda que consumo proporciona o individualismo e ao mesmo tempo a competição entre os pares prejudicando as formas de socialização entre as pessoas. (BARBOSA, 2012)

Enfim, é preciso dizer que quando estudado no Brasil, o consumo serve muito mais para marcar perda e ausências do que para enfatizar ganhos e mudanças positivas em termos de mobilidade social, aquisição de status e prestígio dos grupos sociais e de melhora nos padrões de vida. Nesses casos, o consumo se torna invisível e, portanto, explicitá-lo se torna moralmente condenável. (BARBOSA, 2012, p.62)

A sociedade de consumo é definida a partir de diversas concepções, alguns teóricos apontam que o seu surgimento tem de certa maneira prejudicado a veracidade das relações sociais, arruinando a socialização entre as pessoas que a cada dia mais estão se tornando individualistas. Outros discordam e enxergam a sociedade de

consumo como uma possibilidade de definição de identidades sociais, que dão liberdade de escolha para os indivíduos ser e ter o que deseja.

Diante de vários conceitos discutidos sobre a sociedade de consumo, qual será a influência que a mesma exerce no processo de desenvolvimento infantil? Essa influência é negativa ou positiva? Aprofundaremos a visão de Postman (2012) para entender melhor como as crianças têm sido influenciada por esta sociedade consumista.

De acordo com Postman (2012) com o surgimento da prensa tipográfica que foi a chegada dos livros impressos na Europa por volta da metade do século XV, ocorreu uma revolução na maneira de pensar, pois a tecnologia oportuniza novas idéias e interfere na cultura das pessoas. Com essa inovação a concepção da vida adulta foi mudada, dessa maneira as crianças foram excluídas da vivência adulta, sendo necessário um novo espaço para elas, assim floresceu a infância.

As pessoas aprendiam com os livros e a disseminação dessas ideias contribuía para que os adultos fossem mais informados. O adulto tinha o conhecimento em suas mãos e com isso, as crianças não podiam ter domínio de um conhecimento que era reservado somente aos adultos. Em relação à ideia de infância, muitos livros foram produzidos, os de pediatria, por exemplo, falava sobre as doenças mais frequentes nas crianças e ensinava aos adultos o tratamento e os cuidados inerentes a essas doenças.

Mas ao mesmo tempo em que o nascimento da tecnologia brotou uma semente que floresceu a infância também tem sido a semente plantada para o fim dela. Depois do advento da prensa tipográfica, outras tecnologias foram criadas, entre elas a televisão que substitui a leitura pelo mundo das imagens, para Postman (2012, P.89):

É na televisão, portanto, que podemos ver com mais clareza como e por que a base histórica de uma linha divisória entre infância e idade adulta vem sendo inequivocadamente corroída.

Conforme Postman (2012) a cultura do livro do século XVI ao XX separava as crianças dos adultos, porque o adulto tinha o monopólio do conhecimento. Nas escolas, o próprio currículo escolar censurava os conhecimentos, dessa forma existiam livros para cada série e determinada faixa etária, pois se considerava que para cada idade existe um tipo de conhecimento que pode ser revelado e outros que devem ser ocultados, assim se preservaria a infância.

Podemos concluir, então, que a televisão destrói a linha divisória entre a idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para apreender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público. (POSTMAN, 2012, p. 94)

Na televisão não há restrição de conteúdo porque sua preocupação é propagar informação e não selecionar. Ela precisa chamar a atenção dos telespectadores que anseia por novidades, por revelações públicas. Desse modo Postman (2012, p.96) afirma: “a televisão tem que fazer uso de todos os tabus existentes na cultura” assim ela ganha audiência.

A ausência de seleção dos conteúdos não se trata de falta de criatividade por parte dos empresários da televisão e sim uma expertise, pois sabe que o ser humano é movido pela curiosidade, por aquilo que é oculto. A televisão torna público os segredos da sociedade e se mantém forte como um instrumento de difusão de valores, pois o que é transmitido acaba de alguma forma refletindo os hábitos e costumes de uma sociedade.

Como não há distinção do público para as informações propagadas, as crianças acabam tendo acesso a conteúdos da vida adulta e esse aspecto tem colaborado para o desaparecimento da infância e o surgimento de mini adultos. A criança não tem o discernimento para assimilar esses conteúdos e acabam incorporando estes valores de maneira natural, pois aceitam do mundo adulto as referências que lhes são passadas. Postman (2012) enfatiza a noção de “vergonha” como atributo das crianças, para ele a vergonha resguarda as crianças dos segredos da vida adulta, conserva uma infância da inocência.

[...] a abertura desses assuntos a todos, em quaisquer circunstâncias, apresenta riscos e em especial torna o futuro da infância problemático deve ser enfrentada com ousadia. Pois, se não há mistérios obscuros e fugidios para os adultos ocultarem das crianças e só revelarem quando acharem necessário, seguro e adequado, então sem dúvida a linha divisória entre adultos e crianças torna-se perigosamente tênue. (POSTMAN, 2012, p. 101)

Se as peculiaridades da vida adulta estão cada dia mais caracterizando a vida das crianças, há uma tendência de que a infância seja extinta. O consumo da tecnologia, mais especificamente os meios de comunicação em massa, está fundindo a vida adulta com a vida infantil. Os adultos não têm mais autoridade sobre as crianças, pois não são

mais a fonte de conhecimento e não mais controlam as informações repassadas às crianças. São os meios de comunicação que assumem esta função e por isso as crianças que tem como particularidade de seu desenvolvimento natural as descobertas, o conhecimento e a construção de novos significados, estão precocemente exibidas a essa cultura e assimilando esses conceitos, e sabem muito mais do que possamos imaginar.

A postura diante das revelações da vida adulta para as crianças não se trata de uma questão que deve ser guardada por toda a infância dessas crianças, e sim algo que deve ser evitado de ser dissipado prematuramente, pois há momentos em que podem ser conversados alguns assuntos a partir da maturidade dessas crianças, para que a abertura desses segredos não possa afetar negativamente o desenvolvimento natural e psicológico dessas crianças.

A televisão mostra que a vida adulta é repleta de males, e as crianças tem como parâmetro os adultos e esperam que esses saibam ponderar o certo e o errado. Entretanto quando elas são submetidas desde muito cedo a mídia televisiva, enxergam a vida adulta num aspecto negativo, perdendo a esperança num futuro melhor e impossibilitando que estas crianças tenham uma contribuição não pessimista para o mundo em que vive.

Ao mesmo tempo em que a noção de infância está desaparecendo, a referência adulta também desaparece. O adulto moderno não quer ser velho, ele quer ser e estar no ambiente juvenil. O adulto sempre existiu, mas a sociedade em determinada época e espaço é que define os padrões e comportamentos da vida adulta. Conforme Postman (2012) os princípios que a televisão tem difundindo está ocasionando uma mudança relevante no comportamento dos adultos:

Com algumas exceções, os adultos na televisão não levam a sério o seu trabalho (se é que trabalham), não cuidam das crianças, não têm opção política, não praticam nenhuma religião, não representam tradição alguma, não têm projetos ou planos sérios, não tem conversas demoradas e em nenhuma circunstância aludem a qualquer coisa que não seja familiar a uma pessoa de oito anos. (POSTMAN, 2012, p.141)

Com isso Postman remonta a idéia do adulto que se assemelha a uma criança ou a um jovem, que de fato demonstra o estilo de vida que os adultos tem levado na sociedade moderna. Adultos e crianças se assemelham desde a vestimenta, no modelo de falar, nos hábitos alimentares, geralmente os adultos de hoje ficam mais tempo na

casa de seus pais, quando casam se divorciam rapidamente e não querem ter filhos. Este fato contribui também para o desaparecimento da infância, pois numa sociedade em que não existe a presença física de crianças, não existe infância.

Para Postman (2012) a proporção que a ideia de infância vai desaparecendo, os jogos infantis também desaparecem. Os jogos de rua estão sendo deixado para trás e dando lugar para jogos com alto nível de competitividade e supervisão adulta, como é o caso das competições de futebol em que as crianças estão estimuladas a vencer e a idéia de perder é algo sempre frustrante, nesta situação a brincadeira em si não tem mais conotação de divertimento e sim de obrigação.

A inexistência da brincadeira prejudica o desenvolvimento natural das crianças, pois a atividade lúdica, em especial o brinquedo, é uma ferramenta cultural que é preponderante no que se refere ao desenvolvimento do conhecimento e da própria constituição do ser humano. O brincar pode revelar o desejo que a criança tem de se tornar adulta, pois a visão de mundo que ela tem de início é considerar que no mundo adulto é possível realizar vários anseios que ela como criança não pode fazê-lo, então o brincar através da fantasia é o desejo de tornar realizável o irrealizável, como por exemplo, a brincadeira de boneca, em que a criança incorpora o papel, a função social de ser mãe, e por meio da brincadeira o seu desejo é realizado. Com esta brincadeira além da imaginação e da criatividade que é despertada na criança, também há reprodução de valores da cultura a qual vivencia.

A homogeneidade das características de crianças e adultos tem gerado vários problemas sociais, como a constante frequência de crianças em atividades criminosas, a precoce atividade sexual que vem provocando gravidez e doenças venéreas, o alcoolismo, o uso de drogas e entre outros aspectos que comprova a banalização desses acontecimentos da sociedade perante as crianças.

A sociedade moderna volta a conceber a criança como um dilema social, e não como consequência de uma sociedade que expõe o mundo adulto a elas e que esperam que as mesmas não tenham um comportamento semelhante. Isto demonstra a falta de controle que temos diante desses valores que têm sido disseminados em grande parte pelos meios de comunicação em massa.

Segundo Postman (2012) existem duas instituições que podem evitar o desaparecimento da infância, a família e a escola. A família e a escola foram enfraquecidas diante da predominância de informações com conteúdo adulto repassadas aos jovens pela mídia, pois antes eram a referência de todo conhecimento que deveria ser remetido as crianças.

[...] como resultado da ampliação da supremacia da mídia, muitos pais e mães perderam a confiança em sua capacidade de criar filhos, porque acreditam que a informação e as aptidões que têm para essa tarefa não são confiáveis. Em consequência disso, não só não resistem à influência da mídia como também se voltam para especialistas, que presume-se, sabem o que é melhor para as crianças. Assim, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros e professores e outros representantes de um ponto de vista institucional invadem grandes áreas de autoridade parental, as mais das vezes a convite. (POSTMAN, 2012, p.164)

A família tem perdido a autoridade sobre a criação de seus filhos, pois a rotina de trabalho e as ocupações do dia a dia fazem com que fiquem mais tempo fora de casa, enquanto as crianças ficam envolvidas com a televisão durante muitas horas e apreendendo o que os programas divulgam. Com a ausência da família como instrumento de educação das crianças, a escola tende a assumir esse papel, contudo também não tem cumprindo sua função.

A escola não tem se constituindo como um espaço de desejo. Os alunos não sabem para que aprendem certas coisas e a relação dos conteúdos escolares com o cotidiano são desconexas e as problemáticas sociais são raramente tratadas, enquanto a televisão preenche essa lacuna que a escola tem falhado, porque desperta a curiosidade das crianças e traz coisas que desejam saber. Com isso essas crianças estão propensas a ter um olhar limitado sobre o que são informados, olham a partir de valores estabelecidos e não questionam esses valores.

A escola influencia o pensamento das pessoas, por isso ela não pode ser um espaço de reprodução de valores pré-determinados, ela precisa ser um espaço interessante que empolgue as crianças e que as motive, que façam indivíduos críticos. Conforme Postman (2012, p.165): “Quanto a escola, é ela a única instituição pública que nos resta baseada no pressuposto de que há diferenças importantes entre a infância e a idade adulta e que os adultos têm coisas de valor pra ensinar.”

Erguer instituições como a família e a escola para a preservação da infância requer uma nova construção dessas duas instituições que precisam reassumir seus papéis de autoridade e referência de conhecimento. É necessário cuidar das crianças para que elas tenham o mínimo possível de acesso à televisão e monitorar quais são as informações que lhes estão sendo exibidas. Esta atitude não se trata de censura e sim de uma cautela e conscientização de que as crianças necessitam ser poupadas de determinados conhecimentos, para que seja preservada uma infância pura e inocente com um desenvolvimento saudável.

A influência da sociedade de consumo no desenvolvimento da criança, principalmente a mídia televisiva tem refletido no consumo infantil. O mercado atento aos interesses dos consumidores emprega o marketing nas programações e usam de persuasão com produtos, mensagens, cores e músicas com linguagem compreensiva e que chamam a atenção. A consequência desse marketing é fazer com que os produtos/serviços sejam desejados, substituindo a compra por necessidade pela compra de supérfluos.

Além da sociedade, a família tem uma contribuição relevante para o consumo infantil, pois fora o já mencionado fato de não terem tempo de cuidar e estar com seus filhos deixando-os muito tempo diante da televisão, há também uma transferência de hábitos e costumes de um consumo exagerado em que as crianças reproduzem e crescem com estes valores.

Dessa forma, a família constituída por cultura e subculturas educa e promove o consumo, a transformação e a mudança do foco das necessidades básicas para o supérfluo são atitudes inerentes ao ser humano que visualizam em seus pares o *status* e o prazer no consumo acima de sua vontade. (MACHADO, 2012, p.4)

Devido à ausência dos pais na vida de seus filhos, eles tendem a recompensar com bens materiais. A criança passa a influenciar os gastos da família e também decide o que comprar. A indústria percebendo esta peculiaridade amplia cada vez mais o mercado de produtos destinados as crianças e investem em muitas propagandas para atrair o público infantil. As crianças hoje em dia têm a sandália e a roupa da moda, a boneca que anda e fala, o carrinho ao controle remoto, Lage e Rosa (2011, p.15) afirma: “Dessa forma, a maior parte dos desejos das crianças não vão ser desejos delas e sim desejos que foram implantadas nelas pelo capitalismo.”

A explosão do consumismo transmitido pelas propagandas tem afetado também os hábitos alimentares das crianças. O cotidiano, a vida atarefada das pessoas faz com que os alimentos rápidos sejam as melhores opções, o “fastfood”, pizzas, refrigerantes, chocolates são comidas com alto teor de açúcar e gordura quem colaborado para o aumento de pessoas com obesidade e demais doenças problematizadas pela falta de uma alimentação saudável. Tanto em crianças como em adultos a tendência da má alimentação e a contração de doenças é algo evidente. Doenças que antigamente afetavam somente os adultos têm sido frequente em crianças com pouca idade.

Cada dia que passa, há mais crianças e adolescentes obesos, pois consomem alimentos ricos em açúcar, gordura e sódio, a chamada geração *fastfood*, está ficando doente, com doenças que somente atacavam pessoas mais velhas. Ou ainda, o outro lado da moeda, como a anorexia e a bulimia, pois como a sociedade impõe um padrão de beleza, onde as mulheres são extremamente magras, como as modelos. E como as crianças e os jovens, necessitam de alguém para se espelhar, acabam aprendendo o que não é adequado para sua idade. (CZARNABAY, 2011, p.2)

Como evidencia Czarnabay (2011) a vertente contrária a obesidade é a magreza excessiva que tem sido o ideário de muitas mulheres e o padrão musculoso para homens, isso é resultado de uma sociedade que prega princípios que são incorporados e idealizados pelas pessoas. As academias, as indústrias farmacêuticas que produzem remédios para emagrecer, por exemplo, são as que mais ganham lucro com esta cultura de beleza, às custas de pessoas que ficam doentes como as que sofrem de bulimia e a anorexia.

As crianças sofrem junto aos adultos todos os efeitos da sociedade de consumo, enquanto deveria ser privadas. A assídua exibição a televisão e a recursos eletrônicos como computador, o videogame acarreta consequências em sua saúde física, mental, moral, na educação, na criatividade e em seu desenvolvimento como um todo. A abusiva publicidade infantil desrespeita essas crianças que tem o direito de se desenvolver de forma saudável.

A publicidade destinada às crianças infringe vários direitos das crianças. As publicidades não consideram que as mesmas estão em processo de desenvolvimento psíquico, que são ingênuas e não tem a capacidade de distinguir as propagandas e programações que lhes são veiculadas e que nela existe um interesse induzido para o consumo infantil. As propagandas usam simbologias do mundo infantil para atrair as

crianças, pois sabem mexer com a estrutura mental das crianças fazendo com que elas tenham o desejo de ter aquele produto, segundo Mendes (2009):

A utilização de alguns personagens como o Mickey ou as Princesas, por exemplo, contribuem para a motivação ao consumo de determinado produto. A principal justificativa recai na associação do mundo de fantasias próprio da infância com determinadas qualidades: coragem, força, ousadia, energia, poder e *status*. (MENDES, 2009, p.4)

Diante dessa publicidade abusiva e de todos os aspectos danosos que está comprometendo o desenvolvimento infantil, há uma necessidade de um órgão regulador que proíba ou ao menos determine com seriedade imposições a essas propagandas. No Brasil, o órgão responsável pela regulamentação da publicidade infantil é o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

Podemos dizer que a publicidade infantil está de certa forma, descontrolada, ou seja, não possui uma supervisão rígida, e está em crescimento, tornando-se um problema social, e para a saúde pública, pelo fato de as crianças e os adolescentes serem atingidos diretamente como consumidores.(CZARNABAY, 2011, p.9)

O Conar nasce em 1980, é uma instituição não-governamental que preza pela ética nas propagandas e por meio do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária assegura normas que amparam crianças e adolescentes. O Conar não pode punir e nem tem poder de polícia, todavia tem o poder de suspender qualquer propaganda abusiva e enganosa divulgada.

Existem várias controvérsias sobre a regulamentação da publicidade, os que se beneficiam com a publicidade defendem a idéia de que a liberdade de expressão está sendo afetada, os que são contra discutem sobre a eficiência e eficácia do Conar que não tem banido publicidades ofensivas as crianças. Há várias instituições conscientes dos males dessas propagandas destinadas ao público infantil e com o intuito de defendê-las perante esta exposição. Entre essas instituições, se destaca o Instituto Alana que é uma organização sem fins lucrativos que propõe e problematiza várias discussões sobre a influência do consumo na vida das crianças e sobre propagandas destinadas a elas, e também contextualiza o que tem sido feito em prol do fim da publicidade abusiva. O Instituto Alana se definiu como: “uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que trabalha para encontrar caminhos transformadores que honrem a criança.

Para tanto, atua em um amplo espectro em busca de garantir condições para a vivência plena da infância, fase essencial na formação humana”³

Embora existam esforços por parte de algumas instituições, elas não podem sozinhas enquanto não existir leis no país que legitime esta prática abusiva da mídia. Alguns países já possuem um amparo legal diante das práticas publicitárias, como na Suécia que proíbe publicidade na televisão para crianças antes das 21 horas, na Inglaterra que é proibido propagandas de alimentos com alto teor de açúcar e gordura, na Alemanha em que os programas infantis não podem ser interrompidos por propagandas.

No Brasil, a sociedade também sofre os efeitos de um modelo econômico capitalista, e é fundamental que se posicione diante essa questão que vai além da impulsividade consumista, como também tem gerado problemas de saúde pública e outros problemas sociais.

Torna-se evidente como este meio de comunicação influencia a vida das crianças e como se faz necessário leis para ampará-las, pois observamos que ao mesmo tempo em que a infância está sendo encurtada a longevidade humana aumenta, isto pode trazer muito prejuízo para o nosso futuro, assim estamos produzindo crianças, jovens e adultos menos reflexivos que se envolvem no consumismo desenfreado, sem ter a consciência do mal que este ato traz para si mesmo, para o próximo e para o meio ambiente.(LAGE e ROSA, 2011, p.16)

Existem alguns projetos de lei que visam proteger as crianças contra os alguns valores da sociedade de consumo, mas que ainda se encontram em processo de aprovação. Como o projeto de lei 4935/2009 que proíbe a aquisição de brinquedos e brindes no consumo de alimentos, algo que podemos notar em vários “fastfood” o mais conhecido é o Mc’donalds; o projeto de lei 4315/2008 que consisti em aumento de pena para os autores de publicidades abusivas e enganosas e quando se dirigir as crianças a pena aumenta em dobro; o projeto de lei 150/2009 que versa sobre normas que devem restringir propagandas comerciais de alimentos para as crianças; o projeto de lei 1600/2003 que trata sobre um código de ética da programação na televisão.

³Disponível em <<http://alana.org.br/institucional>>Acesso em: 20 maio 2014.

Se aprovados, estes projetos representarão grandes conquistas na luta contra uma sociedade que tem causado efeitos negativos no desenvolvimento físico, psíquico e moral das crianças. São reservados as crianças o direito a integridade física, o direito a liberdade, o direito a saúde, o direito de brincar, praticar esportes e entre outros que são preconizados e assegurados pelo ECA. Esses direitos não estão sendo respeitados pela mídia e pela sociedade que tem fechado os olhos diante da erotização infantil, a exposição da violência, a sexualização precoce e vários outros conteúdos impróprios para crianças. Isso tem tirado o direito dessas crianças de ter uma infância pura, uma infância inocente, uma infância da brincadeira, uma infância da criança.

A internet também é um importante meio de comunicação que tem influenciado o comportamento e desenvolvimento das crianças. O acesso dessas crianças ao computador e a internet tem crescido bastante nos últimos anos. O surgimento dessas tecnologias tem criado condições sociais que acolhem e acompanham as crianças, visto que os pais dispõem de tempo escasso para estar com seus filhos.

Na perspectiva do consumo, as novas tecnologias, principalmente os computadores e os celulares tem atraído as crianças, e com estas tecnologias as crianças assumem uma maneira diferente de agir e manipular os seus conhecimentos e o seu meio social. Diferente da televisão que transmite uma visão delimitada de determinada informação, a internet possibilita o conhecimento de várias informações a partir de diversas óticas de opiniões e pontos de vistas, o que permite as crianças que tem acesso a esta ferramenta o livre arbítrio do conhecimento, e é neste ponto que reside não só os benefícios, mais também os riscos.

Se a televisão é considerada passiva, pouco estimulante para os espectadores, na medida em que apresenta uma visão mais estreita do mundo, a internet é vista como ativa, tornando seus consumidores mais inteligentes, além de ser democrática e interativa. (CANDEIAS, 2008, p.13)

Os benefícios da tecnologia na vida das crianças é oportunizar a elas novas formas de aprendizagem e percepção de mundo, entretenimento, formas diferenciadas de comunicações e entre outros. Contudo os riscos estão nos conteúdos divulgados a essas crianças e como assimilam estes conhecimentos.

Entre estes riscos estão os conteúdos violentos ou ofensivos, a pedofilia, a própria publicidade abusiva, e entre outros malefícios. Para Candeias (2008, p.20): “Se

o leque de oportunidade é amplo, o mesmo acontece com os riscos”. Daí a importância da família e da escola que são as instituições sociais mais presentes na vida das crianças estarem atentos as ferramentas culturais que estas crianças estão utilizando para saber lidar com os benefícios que potencializam o desenvolvimento delas, mas também estar conscientes dos riscos que estas estão submetidas e protegê-las destes malefícios.

É na infância o período designado para que as crianças se desenvolvam como ser humano, é nesta fase que construirá seu conhecimento de mundo, e irá aprender a sua cultura. A criança de hoje é reflexo da sociedade em que vivemos, é consequência dos valores difundidos, então se existe a preocupação para com essas crianças que serão os adultos de amanhã, há de se plantar hoje valores como a solidariedade entre as pessoas em vez do individualismo provocado pela sociedade consumista, da paz em contrapartida da violência, da resiliência em frente ao pessimismo.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

3. Método

A monografia apresenta o resultado de uma pesquisa exploratória e descritiva realizada com quatro mães e quatro pais de crianças com faixa etária entre um a doze anos, em busca de identificar como esses pais concebem a infância e a criança, e como a sociedade de consumo tem influenciado no desenvolvimento das crianças.

A escolha da pesquisa exploratória deve-se ao fato de que permite ao pesquisador um maior esclarecimento dos fatos na medida em que oportuniza identificar quais são os fatores significantes que determinam pensamentos e comportamentos. Segundo Gil (2006, p.43):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Como a temática em questão é um assunto atual, porém pouco investigado, a pesquisa exploratória se fez adequada devido a flexibilidade, a menor possível interferência do pesquisador nas respostas dos participantes, assim como a liberdade que a pesquisa proporciona a expor ideias acerca do assunto. Para Gil (2006, p.43):

As pesquisas exploratórias têm como objetivo principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

A pesquisa descritiva junto à exploratória possibilita traçar o perfil dos participantes, pois por meio da descrição das características dos candidatos é possível perceber as opiniões, crenças, atitudes, com isso o pesquisador tem uma nova visão sobre o problema.

Conforme Gil (2006, p.44): “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Foi explicitado durante a pesquisa que a identificação dos participantes não era necessária, portanto a pesquisadora comprometeu-se com o anonimato. A pesquisa foi realizada de modo que os participantes se sentissem a vontade para responder mediante a sua subjetividade, enquanto a pesquisadora se manteve distante para não influenciar as respostas dos mesmos. Assim, se prioriza a ética.

1. Participantes

A amostra da presente pesquisa constituiu-se de participantes que foram selecionados pela pesquisadora de acordo com a conveniência, ou seja, é uma amostra de conveniência. A amostra de conveniência “É adequada e frequentemente utilizada para geração de idéias em pesquisas exploratórias”⁴

É o pesquisador quem define quais as unidades que são convenientes para a pesquisa. Este método é utilizado, geralmente, em pesquisas de opinião, em que os entrevistados são acidentalmente escolhidos, é possível recrutar elementos para a amostra tais como; estudantes em sala de aula, mulheres no shopping, alguns amigos e vizinhos, pesquisas de opinião em praças públicas ou em ruas movimentadas de grandes cidades, etc. (CRISTINA, Nádia. Noções básicas sobre amostragem não probabilística (não aleatória). Em: <<http://elaboracaosimplificada.blogspot.com.br>> Acesso em 27 maio 2014.)

De acordo com critérios como faixa etária, faixa salarial, estado civil, religião, sexo, escolaridade, profissão, foi possível determinar o perfil dos pais. Os participantes aceitaram voluntariamente participar da pesquisa.

A mãe número 1 tem 31 anos, casada, um filho de 1 ano de idade, católica, formada em Letras Português/ Espanhol. É comerciante e ganha em torno de 10 a 20 salários mínimos. Declara-se consumista.

A mãe número 2 tem 24 anos, casada, um filho de 5 anos de idade, católica, formada em Pedagogia e cursa pós-graduação em Psicopedagogia/ Gestão e Orientação

⁴ Disponível em: <<http://elaboracaosimplificada.blogspot.com.br>> Acesso em 27 maio 2014

Educacional. É professora e ganha em torno de 1 a 3 salários mínimos. Não se considera consumista.

A mãe número 3 tem 23 anos, casada, uma filha de 3 anos de idade, católica, estudante de Arquitetura. É promotora de eventos e ganha em torno de 1 a 3 salários mínimos. Não se considera consumista.

A mãe número 4 tem 30 anos, casada, três filhos cujas idades são 11, 7 e 2, evangélica, e tem o ensino fundamental incompleto. É vendedora e ganha em torno de 1 a 3 salários mínimos. Declara-se consumista.

Um resumo do perfil dessas mães encontra-se no Quadro a seguir:

Quadro 1: Resumo do Perfil das Mães

PARTICIPANTES	Mãe 1	Mãe 2	Mãe 3	Mãe 4
IDADE DOS PARTICIPANTES	31	24	23	30
ESTADO CIVIL	Casada	Casada	Casada	Casada
QUANTIDADE DE FILHOS	01	01	01	03
IDADE DOS FILHOS	01	05	03	11, 07, 03
RELIGIÃO	Católica	Católica	Católica	Evangélica
FORMAÇÃO ACADÊMICA	Letras Português/ Espanhol	Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia/ Gestão e Orientação	Estudante de Arquitetura	Ensino Fundamental Incompleto
PROFISSÃO	Comerciante	Professora	Promotora de Eventos	Vendedora de roupas
FAIXA SALARIAL (QUANTIDADE DE SALÁRIOS)	10 a 20	01 a 03	01 a 03	01 a 03
CONSIDERA-SE CONSUMISTA?	Sim	Não	Não	Sim

Percebe-se que são mães jovens na faixa etária de 23 a 30 anos, casadas, com filhos pequenos. A maioria católica, com nível superior e situação financeira confortável. A mãe 4 é a única com características diferenciadas em relação as demais, pois possui 3

filhos, é evangélica e tem o ensino fundamental incompleto. Metade das mães questionadas se considera consumista e a outra metade não se considera.

O pai número 1 tem 40 anos, casado, 2 filhos de 18 e 6 anos, evangélico, formado em Teologia. É bombeiro militar e ganha em torno de 10 a 20 salários mínimos. Não se considera consumista.

O pai número 2 tem 48 anos, casado, 2 filhos de 23 e 12 anos, cristão, com o ensino médio completo. É representante comercial e ganha em torno de 4 a 10 salários mínimos. Declara-se consumista.

O pai número 3 tem 42 anos, casado, 2 filhos de 17 e 9 anos, cristão, com formação em Tecnólogo em Segurança Pública. É policial militar e ganha em torno de 10 a 20 salários mínimos. Declara-se consumista.

O pai número 4 tem 38 anos, casado, 1 filho de 10 anos, evangélico, com formação em Técnico em Enfermagem. É técnico de enfermagem e ganha em torno de 4 a 10 salários mínimos. Declara-se consumista.

Adiante se encontra um quadro resumo do perfil dos pais:

Quadro 2: Resumo do Perfil dos Pais

PARTICIPANTES	Pai 1	Pai 2	Pai 3	Pai 4
IDADE DOS PARTICIPANTES	40	48	43	32
ESTADO CIVIL	Casado	Casado	Casado	Casado
QUANTIDADE DE FILHOS	02	02	02	01
IDADE DOS FILHOS	18, 06	23, 12	17, 09	10
RELIGIÃO	Evangélico	Cristão	Cristão	Evangélico
FORMAÇÃO ACADÊMICA	Teologia	Ensino Médio	Tecnologia em Segurança Pública	Técnico em Enfermagem
PROFISSÃO	Bombeiro Militar	Representante Comercial	PoliciaI Militar	Técnico em Enfermagem
FAIXA SALARIAL (QUANTIDADE DE SALARIOS)	10 a 20	04 a 10	10 a 20	04 a 10
CONSIDERA-SE CONSUMISTA	Não	Sim	Sim	Sim

Nota-se que os pais são mais velhos em idade que as mães questionadas, casados, a maioria deles com 2 filhos, adolescentes e crianças, com formação no ensino médio, técnico e superior. Todos de classe média com qualidade de vida e que se declaram consumidores, exceto o pai 1.

2. Instrumento

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi um questionário semi-estruturado com treze questões abertas, cinco questões fechadas e três questões dependentes, objetivando entender a noção que os pais têm de criança e infância como também compreender o que eles pensam a respeito da influência da sociedade de consumo no desenvolvimento das crianças e em si mesmos. A íntegra do questionário se encontra disponível no apêndice 1 da presente monografia.

O questionário semi-estruturado é uma junção de questões abertas e fechadas, segundo Minayo (2004, p. 108) o questionário semi-estruturado “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”

Nas questões abertas introduz-se uma pergunta e é deixado um espaço em branco para que os participantes possam dar sua opinião. As questões fechadas são apresentadas um conjunto de respostas para que seja escolhida a opção que mais se adéqua ao respondente e as questões dependentes referem-se a uma questão que depende da outra, exemplo: Você tem filhos? Quantos? Idade? (ver apêndice).

Para Gil (2006, p.128): “O questionário é uma técnica que propicia um número considerável de questões escritas apresentadas às pessoas e que permite o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas”. Uma das vantagens da aplicação do questionário em pesquisas:

- a) possibilita atingir grande números, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisadores á influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 2006, p.128 e 129)

O questionário foi eleito em virtude de possibilitar que o foco central do trabalho fosse desenvolvido em questões específicas. O maior número de questões abertas em detrimento das demais foi devido à facilidade em que estas questões têm de demonstrar

as concepções como as atitudes dos participantes perante os assuntos das questões. As perguntas fechadas e dependentes auxiliaram traçar o perfil dos candidatos.

3. Procedimentos

A pesquisadora se dirigiu aos participantes esclarecendo os objetivos da pesquisa e a importância da discussão da temática a qual a opinião dos mesmos seria uma grande ajuda para a compreensão de uma tese tão pouco discutida. A pesquisadora antes de iniciar a aplicação do questionário indagou a disponibilidade dos participantes, e eles gentilmente se prontificaram a colaborar.

Alguns participantes foram visitados em casa, a outros devido a distância de localidade e a própria falta de tempo, o questionário foi enviado por email. Como se tratavam de participantes em que fazem parte do círculo social da pesquisadora, o contato com os eles foi de fácil acesso.

Os quatro participantes que foram visitados respondiam as questões no momento da pesquisa, assim, para evitar que os mesmos ficassem receosos com as suas respostas, a pesquisadora enfatizou que era de extrema relevância saber o que de fato pensavam sem interferência de outrem.

Os quatro questionários enviados aos participantes por email foram respondidos conforme o tempo hábil deles, em média o tempo de retorno era de três a cinco dias. A duração de aplicação do questionário se desenvolveu por volta de duas semanas.

Os agradecimentos aos colaboradores ao final da pesquisa foram feitos pessoalmente e por meio de mensagens enviadas para os emails. Os participantes reciprocamente esperavam ter contribuído com a pesquisa e para a corroboração da tese defendida pela pesquisadora.

CAPÍTULO IV

Resultados e Análise de Dados

O presente capítulo tem por finalidade apresentar a interpretação dos dados obtidos na pesquisa por meio do questionário semi-estruturado. A pesquisa dispõe de oito participantes, pais e mães que responderam ao questionário relativo à temática deste estudo. O questionário foi aplicado para quatro mães e quatro pais.

Para compreender os resultados e análises dos dados coletados, fixei a seguintes categorias, com base na ordem das perguntas do respectivo questionário que se encontra no Apêndice 1 deste trabalho.:

1. Compreensão de Criança;
2. Percepção de Infância;
3. A influência da sociedade para o consumo das pessoas;
4. Influência da família para o consumo infantil;
5. Percepção da criança na influência ou decisão da compra;
6. Percepção de ser consumista ou não;
7. Percepção de compras por necessidade ou supérfluos;
8. Produtos comprados com frequência;
9. Hábito de levar os filhos às compras.

A seguir será apresentada a Categoria Nº 1 com suas classes e respectivas respostas sobre a Compreensão de Criança, correspondente a primeira pergunta do questionário.

Quadro 3 – Categoria 1 – Compreensão de criança.

<ul style="list-style-type: none"> • Classe 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Respostas 	Nº de Ocorrências
<ul style="list-style-type: none"> • Fase do desenvolvimento Humano 		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ser em desenvolvimento 		6
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Inocência e imaturidade 		4
<ul style="list-style-type: none"> • Dever dos pais de proteger e educar 		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ser humano com necessidades de proteção e educação 		7
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os pais devem ser responsáveis 		3
Total		20

Obs: O número de ocorrências corresponde ao número de respostas que cada participante apresentou. Assim o número de ocorrências, por vezes, não corresponde ao número de participantes, pois cada um pode apresentar mais de uma resposta.

As respostas mais evidentes para a categoria 1 sobre a compreensão de criança na classe “fase do desenvolvimento humano” consiste na percepção de um ser em desenvolvimento, esta ocorrência se repetiu em seis respostas dadas pelos pais. Na classe “dever dos pais de proteger e educar” a resposta que mais se destaca é a necessidade da criança ser educada. Podemos evidenciar essa constatação a partir das seguintes respostas:

Pai 1: “A criança é um ser nos seus primeiros anos de desenvolvimento”

Mãe 1: “Criança é um ser humano em desenvolvimento, em crescimento”

Mãe 3: “É um ser humano com necessidade de condução e educação”

Para Rabello e Silveira (2011, p.1): “A noção de desenvolvimento está atrelada a um contínuo de evolução, em que nós caminharíamos ao longo de todo o ciclo vital.” Com as respostas dos participantes, conclui-se que a criança é um indivíduo que dará início a um processo de desenvolvimento que irá perdurar enquanto houver vida, então percebe-se que esta resposta corrobora com a afirmação de Rabello e Silveira (2011). A Mãe 2 compreende a criança como um ser “que permanece em constante aprimoramento de suas capacidade mentais, psicomotoras e sociais”. Com esta fala a Mãe 2 compreende a criança como um ser completo, concreto e contextualizado, e em constante desenvolvimento.

A resposta da Mãe 2 remonta a teoria de Wallon (1968) sobre o desenvolvimento da criança em nível afetivo, motor, cognitivo e social. Segundo ele, a motricidade é o primeiro nível que a criança desenvolve para depois evoluir suas capacidades cognitivas que é determinada pelos fatores biológicos e sociais. O biológico se refere à estrutura e genética do corpo humano e o social relaciona-se aos instrumentos e técnicas disponíveis aos indivíduos que serão utilizadas e que estão ligadas e influenciadas por nossas necessidades de vida cotidiana.

Analisando a concepção de que as crianças devem ser protegidas e educadas, Postman (2012, p.24) afirma que: “as crianças necessitam de proteção e cuidados, de escolarização e de estar a salvo dos segredos dos adultos”. Esta concepção esta diretamente ligada a percepção de que os pais são responsáveis pela criança, segundo Postman (2012) a criança deve ser educada na família, e os pais são tutores, protetores e punidores.

A importância dos pais como educadores de suas crianças para a constituição e desenvolvimento das mesmas é esclarecida na teoria de Henri Wallon. Para ele o outro, no caso a família, é fundamental para a constituição de si (a criança) e do mundo. O eu se desenvolve na dependência do outro. Almeida (1997, p.3) cita Wallon: “É o outro social que, pelas relações e interações sociais e afetivas que propicia à criança, permite sua entrada no mundo simbólico da linguagem e da cultura.” Com esta citação é possível afirmar que a família, assim como todo o contato humano que esta criança tem será essencial para que se desenvolva. O outro seja para ser referência ou para ser negado é elemento preponderante para a evolução da criança.

Os pais que entenderam as crianças como seres de inocência e imaturidade concebem a criança numa visão romântica baseada em uma concepção religiosa, conforme Ariès (1978) esta compreensão de criança está relacionada ao que ele chamava de concepção moral da criança do século XVIII na Europa, que associava a fraqueza a inocência da criança, com alma impregnada de impecabilidade que era reflexo da pureza divina. A mãe 4 também apresenta o significado de criança com influência religiosa, para ela a criança “é um ser que Deus criou”.

A segunda Categoria diz respeito à Percepção de Infância, para tal construiu-se o Quadro 4, em que serão apresentadas as classes e respostas:

Quadro 4 – Categoria 2 – Percepção de infância.

<ul style="list-style-type: none"> • Classe 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Respostas 	Nº de Ocorrências
<ul style="list-style-type: none"> • Fase da Vida 		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ É um período da vida 		6
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fase de descobertas 		4
<ul style="list-style-type: none"> • Características da Infância 		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Momento de diversão e brincadeiras 		3
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Período de formação de princípios e valores 		6
Total		19

Os pais compreendem a infância como um período da vida, em que há descobertas e predominância de brincadeiras, Castro (2007, p.1) enfatiza a noção que as pessoas têm da infância:

Para alguns é uma fase da vida onde reina a fantasia e a liberdade. Para outros é uma etapa da vida onde a criança é considerada adulta em miniatura. Outros ainda consideram a infância como uma fase em que a criança vai ser preparada para o futuro.

Contudo a infância é um conceito moderno que segundo Monte (2007, p.151): “muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais.”

Há uma considerável ocorrência de os pais entenderem que é na infância o período em que há formação dos valores e princípios dos indivíduos. Postman (2012) relata que é nesse período que o adulto irá preparar a criança para a vida adulta, e que é importante preservar a criança, separando-a dos adultos e ensinando valores como, por exemplo, o da vergonha.

Portanto, inculcar sentimentos de vergonha constitui uma rica e delicada parte da educação formal e informal da criança. As crianças, em outras palavras, estão imersas num mundo de segredos cercados de mistérios e temor. Um mundo que se tornará inteligível para elas por obra e graça dos adultos que lhes ensinarão, por etapas, como a vergonha se transforma num conjunto de diretrizes morais. (POSTMAN, 2012, p.100)

A fala do Pai 2 ressalta esta questão, para ele na infância “é onde acontece a formação de seu caráter, e onde ela crescerá desenvolvendo suas habilidades, e tudo o que ela vivenciar influenciará em sua personalidade.” Com esta resposta podemos verificar como os pais e todo o meio a qual a criança vivencia contribui para a formação moral dessa criança.

O Quadro a seguir é baseado nas respostas colhidas com relação a questão sobre a influência da sociedade para o consumo das pessoas.

Quadro 5 – Categoria 3 – A influência da sociedade para o consumo das pessoas

• Classe	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
• Influência midiática e social		
➤ Influência dos meios de comunicação: mídias, publicidades e internet		8
➤ Convivência social		6
Total		14

Os participantes em geral atribuíram aos meios de comunicação, especialmente as mídias, publicidades e a internet como instrumentos que mais estimulam o consumo das pessoas. Podemos confirmar na frase de Machado (2012 p.3):

A televisão como mídia de massa é um fator cultural presente no cotidiano da sociedade brasileira, negligenciada em sua origem como ferramenta de persuasão, indispensável nos dias atuais como parte do planejamento estratégico de marketing das empresas, busca consolidar, influenciar e estimular o consumo, principalmente o infantil.

As pessoas diariamente são expostas a televisão, essa mídia por meio de publicidades e propagandas usa de vários artifícios para chamar a atenção das pessoas para consumirem. As pessoas influenciadas por esses meios de comunicação tendem a deixar de comprar por necessidade e passam a comprar supérfluos pela satisfação em ter determinado produto ou serviço.

Podemos concluir com a fala do Pai 3 a compreensão que ele tem sobre a influência que a sociedade por meio da mídia exerce para o consumo infantil:

Pai 3: “vivemos em uma sociedade moderna e tecnológica. As pessoas são bastante influenciadas pelas mídias e as publicidades, com isso aguçam o desejo de consumir.”

A internet também foi apontada pelos pais como uma ferramenta que está bastante presente na vida das crianças que tem influenciado o comportamento delas. Especialmente o computador, e os celulares com acesso a internet tem se tornado acessível para o consumo das pessoas e se fazendo presente em muitos lares das famílias, e tem transformado as formas de interação das pessoas com o meio social. O efeito da internet na vida das crianças pode ser benéfico ou maléfico e cabe aos pais e a escola que estão mais presentes na vida dessas crianças mediar e ponderar esses efeitos para que elas não sejam afetadas negativamente. Para Candeias (2008, p.6):

Assim, é unânime a ideia de que a internet está a transformar os mundos sociais das crianças e dos adolescentes, na medida em que influencia a sua maneira de comunicar ou de estabelecer e manter relacionamentos com os pares, por exemplo. Mas se o acesso cada vez mais generalizado à rede proporciona um rol de efetivas oportunidades, ele proporciona igualmente um conjunto de riscos.

Os pais que apontam o convívio social como um dos aspectos em que a sociedade influencia para o consumo das pessoas baseiam-se na ideia de que o convívio social é a cultura de um povo. Essa cultura demonstra os hábitos e costumes dos indivíduos, e entre esses, está a prática de consumir. Barbosa (2012, p.4) assegura que “todo e qualquer ato de consumo é essencialmente cultural.” O pai 4 defende esta concepção:

Pai 1: “somos influenciados a consumir até pelo próprio convívio social”

Vygotsky também enfatiza que o indivíduo é resultado de um processo sócio-histórico e cultural que reproduz os signos e as simbologias do meio social por meio das interações e trocas com o outro e de mediação em que o sujeito age sobre estes significados que são próprias de sua cultura.

Segundo Barbosa (2012) o consumo determina também o estilo de vida e a identidade das pessoas, assim não existem leis e grupos de referências a ser seguido quando o assunto é consumir. Para Barbosa (2012, p.22): “estilo de vida e identidade tornaram-se, portanto, opcionais. Independentemente da minha posição social, idade e renda posso ser quem eu quiser.” Com esta fala, a teórica declara que mesmo que a

peessoa não tenha recursos suficientes para consumir, ela pode vim a consumir e não há limites para tal prática. As pessoas consomem cada vez mais.

A mãe 3 diz que “a sociedade e a mídia influenciam na vida e na atitude das pessoas, as pessoas são totalmente influenciadas. São materialistas”. Ao falar “na vida e na atitude” é possível constatar que esta mãe acredita que a sociedade do consumo influencia o comportamento das pessoas e no modo em que vive, também ao dizer que “as pessoas são totalmente influenciadas. São materialistas” atribui uma conotação negativa da influência do consumo na vida das pessoas.

A seguir serão apresentadas as classes e as respostas dos pais questionados com relação ao entendimento que eles têm sobre a influência da família para o consumo infantil.

Quadro 6– Categoria 4 – Influência da família para o consumo infantil

• Classe	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
• Ensinos e imposição de limites pela família		
➤ A família deve impor limites ao consumo das crianças		6
➤ Ensinar as crianças o valor do dinheiro		3
• Atitudes dos pais perante aos filhos		
➤ Os hábitos dos pais influenciam as crianças		5
➤ Proteger os filhos da exposição às publicidades infantis		5
Total		19

Como já mencionamos a mídia principalmente a televisiva por meio de publicidades incentiva o consumo das pessoas. Cientes dessa influência os pais destacaram que é necessário proteger seus filhos da exposição às publicidades infantis e a

todos os efeitos maléficos que tem influenciado as crianças. Dentre as influências negativas da mídia para as crianças, Postman (2012, p.89) enfatiza que: “se consideramos a televisão comercial como hoje a concebemos, podemos ver nela, claramente, um paradigma de uma estrutura social emergente que deve fazer desaparecer a infância.”

Defendendo esta tese Postman (2012) indica que a televisão tem fundido as características da vida dos adultos com a das crianças, porque nela não há uma diferenciação da criança e do adulto. A televisão não segrega seus telespectadores e tem tornado público os conteúdos da vida adulta enquanto deveria ser privado das crianças. Com isso tem sido constante que as crianças vivam precocemente as peculiaridades da vida adulta como o erotismo, a violência e conseqüentemente a prática de infrações e delitos e entre outros aspectos que tem sido disseminado pela cultura televisiva e que os pais conscientes estão preocupados. Essas características podem ser representadas pelas seguintes respostas:

Mãe 1: “os pais têm que evitar deixá-las expostas por muito tempo em frente a televisão, pois muitas propagandas incentivam precocemente à vaidade, à erotização, à má alimentação e ao egoísmo”

Mãe 4: “minha filha assistia novelas que passei a proibi-la de assistir, pois notei que ela estava tendo uma vaidade excessiva, querendo usar batom vermelho e salto alto igual a uma personagem da novela.”

Pai 3: “não existe mais programa infantil hoje em dia, na minha época os personagens eram dotados de mais inocência, hoje os super heróis dos desenhos infantis usam armas, brigam, matam. Esses desenhos estão estimulando a violência.”

Os pais questionados revelaram a importância de a família impor limites ao consumo das crianças. Conforme Lage e Rosa (2011, P. 14):

Hoje há pais extremamente ocupados, que para sanar a sua culpa por não terem tempo para seus filhos estão substituindo a educação por bens materiais. Há também uma economia voltada para o consumo, que percebeu a importância e a influência que a criança exerce sobre o capital.

A mídia está atenta aos interesses do público infantil e utiliza do simbolismo presente no cotidiano das crianças para estimular o consumo infantil. A fala de alguns pais expõe o posicionamento deles diante dessa questão:

Mãe 3: “eu sou mãe de uma criança de 3 anos e sinto como a mídia influencia nas vontades dela, acho um absurdo uma criança querer e ser atendida pelos pais para ganhar um tablet de 2000 reais.”

Pai 4: “a mídia utiliza uma diversidade de formas para chamar a atenção das crianças desde um suco com o rostinho do Bob Esponja ao tablet da Barbie”

Com esses relatos infere-se a precaução dos pais diante dos seus filhos em ensinar valores distintos dos que estão sendo difundidos na sociedade do consumo que prega a satisfação dos desejos individuais a qualquer custo e acima das condições existentes.

Os pais que declararam a necessidade de ensinar aos seus filhos a importância do valor do dinheiro também demonstram a preocupação com os princípios que estão sendo apreendidos pelas crianças, como na pronúncia da mãe 2:

Mãe 2: “Devemos mostrar o valor do dinheiro às crianças e como podemos conseguir esse dinheiro, como é importante poupa este dinheiro para comprar algo especial e não simplesmente fazer todas as vontades das crianças e satisfazendo seu consumismo que se não for moderado pode se tornar compulsivo.”

Os pais também alegam que seus hábitos e costumes determinam o comportamento das crianças que tem os pais como modelo e que seguirá seus ensinamentos. Segundo Machado (2012, p.4):

O papel da família na educação para o consumo das crianças nos dias atuais é muito mais significativo e responsável do que no passado. As consequências dos atos ora negligenciados pela família colaboram diretamente na educação para um consumo impulsivo do público infantil. A família e a sociedade são consequência uma da outra, os costumes e hábitos de uma família tratados na sociedade proporcionam dimensões e alterações periódicas, influenciando grupos de referências primários e secundários, assim como modificando atitudes e formando novos comportamentos.

O pai 1 manifesta sua opinião sobre o papel da família perante o consumo infantil da seguinte maneira:

Pai 1: “São os pais os responsáveis por ensinar para as crianças uma postura equilibrada ou desenfreada e consumista.”

Dessa maneira, se os pais são consumidores exagerados há uma tendência maior que seus filhos também se tornem consumidores sem limites, e de maneira contrária se os pais são equilibrados e compram mais por necessidade do que supérfluos, existe uma maior propensão de seus filhos agirem da mesma forma.

Todavia para Piaget é nas operações concretas em que a criança começa a trabalhar seu raciocínio e pensar criticamente, é a fase que a criança inicia o seu próprio pensamento. Diante dos valores que são disseminados, da cultura que incorpora, inclusive sobre o a prática do consumo, a criança já se posiciona perante as situações que vivenciam, assim podem reproduzir os hábitos e costumes de seus pais e todo meio a qual rodeia como também pode negá-los.

O quadro a seguir nos mostrará o que os pais questionados relatam sobre a influência e a decisão das crianças no ato da compra.

Quadro 7 – Categoria 5 – Percepção da criança na influência ou decisão da compra

• Classe	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
• A influência e a decisão das crianças no ato da compra		
➤ Influencia		7
➤ Decide		3
Total		10

As respostas que se repetem são as que consideram as crianças como influenciadoras. Os pais que se referem às crianças que decidem no ato da compra demonstram o que observam em pais de outras crianças, mas não como uma atitude inerente a eles e aos seus filhos. Para Machado (2012, p.8):

Com a excessiva exposição às mídias de massa, as crianças passaram a receber mensagens dirigidas com conteúdos de fácil assimilação e com isso desenvolveram raciocínio lógico para decodificar essas mensagens e produzirem apelos e desejos de consumo.

Para a maioria dos pais questionados a educação vinda de casa é que irá definir se a criança influencia ou decide na hora da compra. Podemos constatar a predominância desta opinião nas seguintes falas:

Mãe 1: “as crianças são influenciadoras no ato da compra, porem há casos em que os pais não conseguem conter o apelo da criança e elas acabam se tornando decisórias nas compras.”

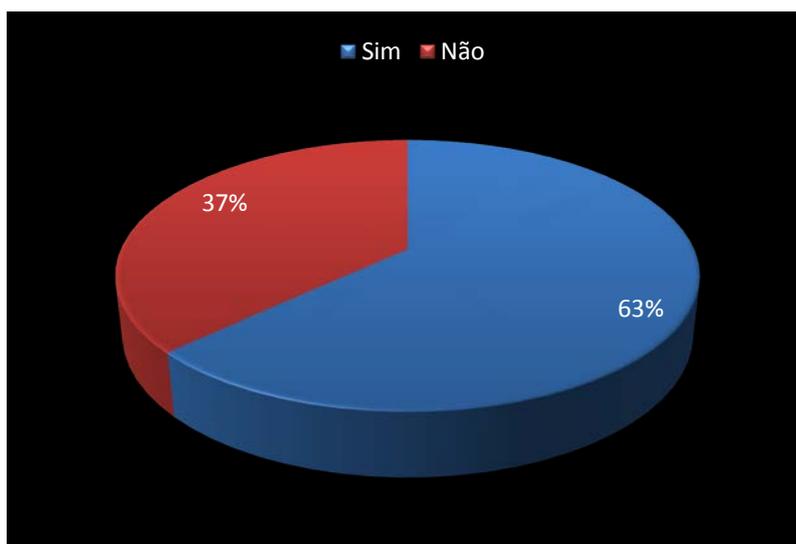
Mãe 4: “Os pais são decisores, mas se não educarem principalmente com exemplo, as crianças passam a decidir.”

Pai 2: “as crianças podem influenciar o ato da compra, mas a decisão fica a cargo de um adulto ou responsável”

Os seguintes pais assumem ser decisores, afirmando que as crianças podem sim vim a influenciar, porém no geral não tem o poder da escolha. A postura desses pais diante as suas crianças é benéfica, pois como Czarnabay (2011, p.1): “as crianças estão em seu pleno desenvolvimento físico, psíquico e moral, e não sabem distinguir uma mera publicidade de uma programação”, ou seja, as crianças são seres que estão em processo de formação cabendo aos adultos conduzir todo este processo, ensinando e mostrando os caminhos em que devem seguir como também ser responsáveis pelas escolhas das crianças.

O gráfico abaixo está baseado na décima primeira pergunta do questionário. Os pais responderam a seguinte pergunta: “Você se considera uma pessoa consumista?”. Estavam dispostas aos pais duas opções “sim” ou “não” as quais deveriam marcar somente uma alternativa.

Gráfico 1- Categoria 6- Percepção de ser consumista ou não.



Percebe-se com o gráfico que a maioria dos participantes questionados, ou seja, 63% admitem ser consumistas e 37% não se consideram consumistas. Vale ressaltar que

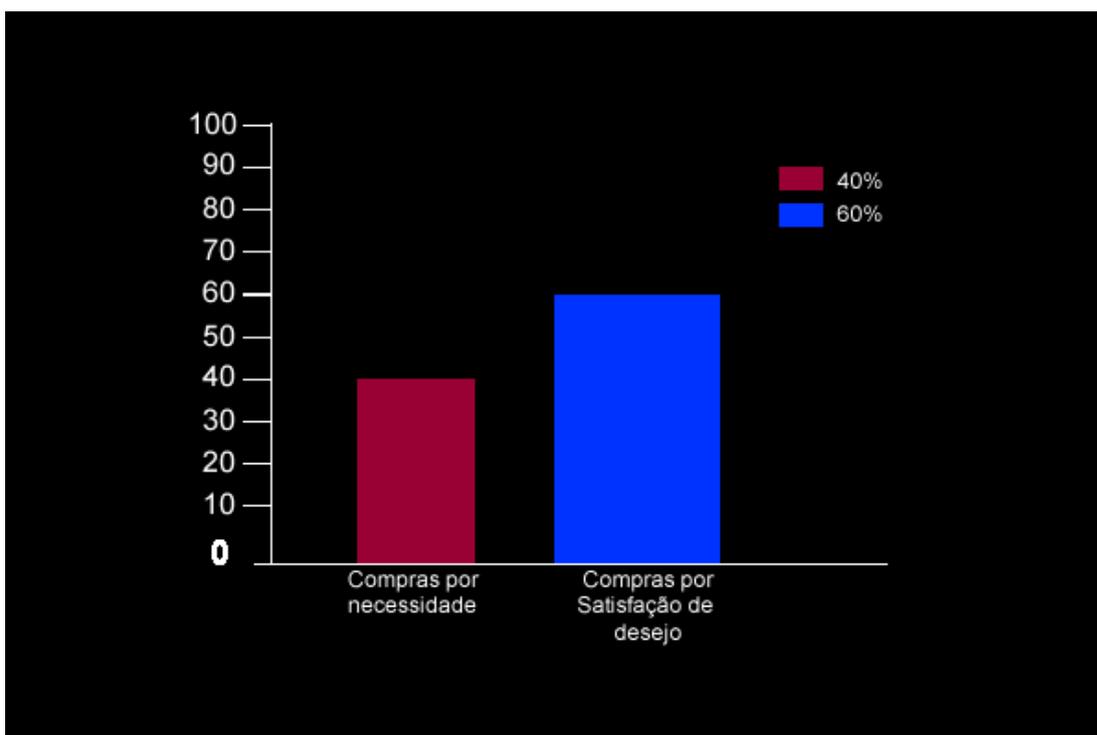
pelos dados coletados, os pais que assumem ser consumistas estão conscientes que a cultura predominante na nossa sociedade é a cultura do consumo que está tão presente na sociedade que acabamos reproduzindo seus valores naturalmente.

Os pais que não se declaram consumistas ganha em torno de 1 a 3 salários mínimos, com exceção da mãe 4 que ganha também essa faixa salarial, mas que se considera consumista e ao pai número 1 que ganha em torno de 10 a 20 salários mínimos, todavia não se considera consumista.

Quando se fala na concepção de consumista a ideia é compreender que aquela pessoa pratica constantemente o consumo e de forma exagerada, a quem não se declara consumista a ideia é contrária, ou seja, compram por necessidades e não por satisfação de desejos. Podemos averiguar que o poder aquisitivo das pessoas podem ou não determinar a prática do consumo, como no caso do pai 4 que tem um salário que consegue suprir as necessidades básicas e que proporciona a obtenção de supérfluos, contudo não se considera consumista; e a mãe 4 que ganha um salário relativamente baixo, no entanto se considera consumista.

O gráfico a seguir demonstra a percepção de compras por necessidade ou supérfluos. Os pais se posicionaram a respeito de compras realizadas por necessidades e compras efetivadas por satisfação de anseios pessoais.

Gráfico 2- Categoria 7- Percepção de compras por necessidade ou supérfluos



Os participantes revelaram em suas respostas que compram por necessidades e por satisfação de desejos. Alguns pais evidenciaram que apesar de realizar as duas opções de compras estão mais propensos a efetuar compras pela necessidade que se faz, e outros assumem comprar supérfluos por prazer em ter determinado produto ou serviço. Nos seguintes relatos podemos verificar estas informações:

Pai 4: “compro por necessidade, raramente por satisfação de um desejo.”

Pai 2: “Creio que por ambos os aspectos, por necessidade, comida, produtos de higiene e limpeza, e por satisfação, roupa, perfume, objetos para o lar.”

Mãe 1: “Na maioria das vezes vou às compras para resolver uma necessidade, mas no decorrer das compras acabo comprando algo sem necessidade, apenas por satisfação.”

Barbosa (2012, p.34) afirma que “ser consumidor é fazer escolhas do que comprar, de como pagar e gerir seu dinheiro sem qualquer interferência institucional ou de terceiros. O ato de consumir é um ato privado”, ou seja, para existir o ato do consumo a pessoa precisa está disposta a consumir, é algo inerente somente a ela.

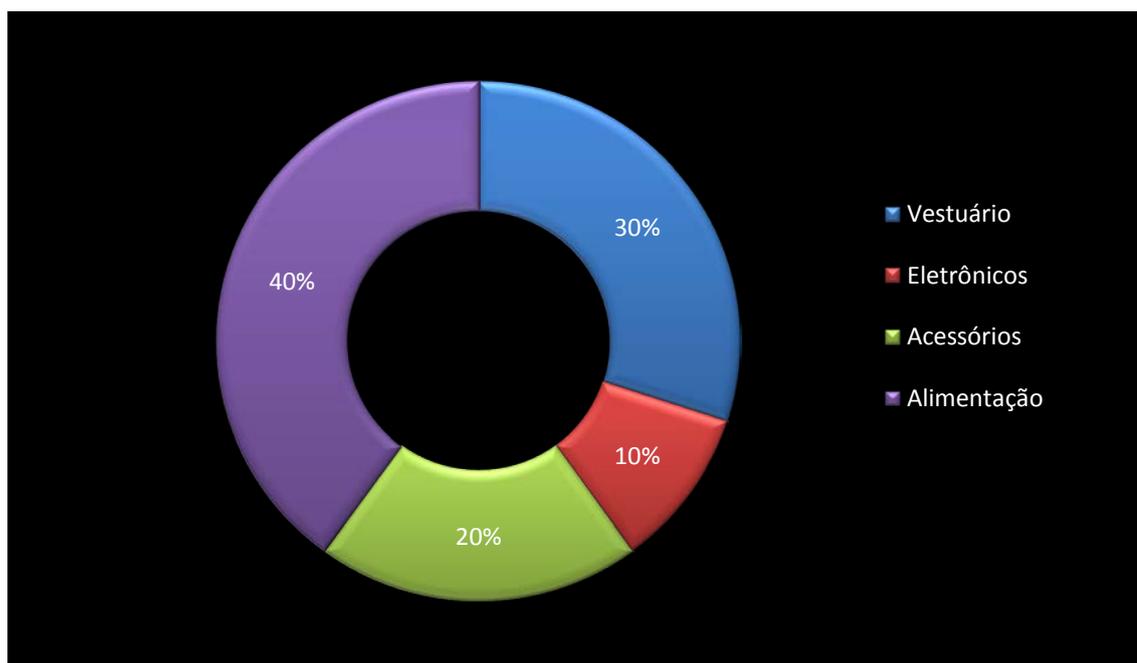
Desprende-se pela fala do pai 2 que as compras por necessidades estão ligadas a alimentação, produtos de higiene, de limpeza e as compras por satisfação de desejos são produtos/serviços que despertam em cada pessoa um desejo individual, no caso do seguinte pai são roupas, perfumes e objetos do lar. A compra de supérfluos pode ser determinado por vários fatores como, por exemplo, produtos que estejam em liquidação, que mesmo possuindo aquele produto o custo e o benefício motiva o consumidor e pode influenciar a compra.

“[...] o que caracteriza a sociedade de consumo moderno é a insaciabilidade dos consumidores. Assim que um desejo ou “necessidade” é satisfeito, outro já, se acha à espera. Esse processo é incessante e ininterrupto. Essa sucessão interminável de “necessidades vitais”, que surgem umas de dentro das outras é qualificada. Não é a simples permanência de um sentimento de insatisfação, de um eterno “querer mais”, mas a existência de uma insaciabilidade para com novos produtos.” (CAMPBELL, 2000, apud BARBOSA, 2012, p.50)

Segundo a teórica Barbosa (2012) as sensações físicas e os prazeres estéticos proporcionadas pela compra de supérfluos são concretizados em espaços físicos como shoppings centers, parques temáticos, lojas de departamentos e entre outros espaços que são organizados de maneira a atrair o consumo das pessoas. Embora os pais participantes tenham afirmado que compram por necessidade e satisfação de desejo, há uma maior ocorrência de respostas que demonstram o consumo por satisfação de desejos.

O gráfico a seguir representa a análise da penúltima questão do questionário: “O que tem comprado com frequência?”. Os pais evidenciaram nesta questão o que costumam comprar com mais assiduidade.

Gráfico 3- Categoria 8- Produtos comprados com frequência.



Com a leitura do gráfico acima podemos compreender que as pessoas compram com mais frequência alimentos que representa 40% do total das respostas obtidas. Nenhum participante se pronunciou a respeito de quais são os tipos de alimentos que costumam consumir, entretanto há uma característica marcante na sociedade contemporânea do consumo relacionada à forma como temos nos alimentado, que Czarnabay (2011,p.8) enfatiza:

Com o desenvolvimento da tecnologia, a busca desenfreada por opções de alimentos rápidos ficou extremamente intensificada a cada dia. Crianças e adolescentes não ficam muito tempo sem refrigerantes salgadinhos, bolachinhas recheadas, pizza, hambúrgueres, chocolates, enfim, todos esses alimentos ricos em gordura e açúcares e pobres em nutrientes.

Evidencia-se com a citação que o consumo desses tipos de alimentos incorporou os hábitos alimentares não só das crianças e adolescentes como de todas as pessoas. Estes hábitos têm trazido consequências na qualidade de vida das pessoas e também ocasionado a obesidade, doença que está bastante presente na nossa sociedade.

Os demais produtos consumidos pelos pais questionados são peças de vestuário que constitui 30% do total dos dados coletados nesta questão; 20% são acessórios como perfumes, relógios, maquiagens; 10% são os eletrônicos como celular, computador.

Conforme Barbosa (2012, p.23): “a roupa, o corpo, o discurso, o lazer, a comida, a bebida, o carro, a casa, entre outros, devem ser vistos como indicadores de uma

individualidade, propriedade de um sujeito específico”, ou seja, além do ato e a motivação da compra ser ato privativo de alguém, a escolha dos produtos a qual consome também revela a identidade da pessoa, os seus gostos, o seu estilo de vida. Com a análise dos resultados colhidos há uma maior ocorrência de respostas que demonstra que as mulheres consomem mais roupas e sapatos, e os homens mais eletrônicos, como nos seguintes relatos:

Mãe 1: “Roupas, sapatos, perfumes e maquiagens.”

Pai 3: “Celular, computador e aparelho de som.”

A próxima categoria se refere ao hábito dos pais de levar os filhos as compras, se eles costumam levá-los ou não para as compras e o quais são as causas e motivações que levam a estarem ou não com seus filhos quando vir a fazer compras. Esta análise está baseada na última pergunta do questionário: “Você leva seus filhos as compras? Porquê?”.

Quadro 8 – Categoria 9– Hábito de levar os filhos às compras.

• Classe	➤ Respostas	Nº de Ocorrências
• Sim	➤ Momento disponível para ensinar os filhos como consumir	6
• Não	➤ Não tenho condições de levar	2
Total		8

A maior parte dos pais, seis dos oitos questionados confessaram levar os filhos as compras, os outros dois pais responderam não levar seus filhos a compra devido a impossibilidade de condução, como o caso da mãe 4 que possui três filhos pequenos. Os pais que levam seus filhos às compras declararam que essa atitude possibilita ensinar

aos seus filhos alguns costumes e valores. Estas evidências podem ser comprovadas nas seguintes falas:

Mãe 3: “levo meu filho comigo às compras, acho interessante para ele aprender a se comportar nas lojas diante das opções e das pessoas.”

Pai 4: “Sempre levei meus filhos para estarmos juntos, e sempre orientei se ficar pedindo para comprar isso ou aquilo da próxima fica em casa.”

Os relatos desses pais atestam a preocupação que eles têm com relação a formação moral de seus filhos, pois aquilo que é repassado pelos pais aos filhos será absorvido pelos mesmos que dará continuidade a esses valores. A fala do pai 4 é muito interessante, porque por meio desta orientação o pai mostra a seus filhos que não podem ter tudo o que desejam, com isso aprendem a ter limites com relação ao consumo, evidenciando que as compras devem ser por necessidades e se há que satisfazer algum desejo, eles saberão valorizar o que puderam obter.

Os pais que resistem ao espírito da época contribuem para o que se poderia chamar Efeito Mosteiro, porque ajudam a manter viva uma tradição humanitária. Não é concebível que nossa cultura esqueça que precisa de crianças. Mas está a caminho de esquecer que as crianças precisam de infância. Aqueles que insistem em lembrar prestam um nobre serviço. (POSTMAN, 2012, p.167)

Postman (2012) destaca a importância dos pais serem responsáveis e estarem atentos à educação de seus filhos contra todos os valores contrários aos das famílias que tem sido disseminado pela sociedade por meio da mídia. A mídia tem homogeneizado a vida das crianças com a dos adultos e tirando o direito das crianças de terem uma infância saudável.

A infância é essencial para as crianças, pois é neste período que irão desenvolver as suas capacidades físicas, cognitivas e moral, como também é o momento em que vai compreender e incorporar a cultura do meio a qual vivencia. Quando é tirado este direito de viver uma etapa da vida, existem grandes possibilidades dessa criança crescer com problemas psíquicos, pois o seu desenvolvimento foi incompleto. O direito de ser criança não pode ser negado a ninguém, pra ser criança necessariamente é preciso existir infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico “Concepções de criança e infância e a influência da sociedade do consumo no processo de desenvolvimento infantil” possibilitou várias considerações que permitiram a compreensão do que representa a criança e a infância em nossa sociedade, assim como foi possível assimilar quais são os valores disseminados pela sociedade contemporânea, conhecida também como sociedade do consumo.

Os resultados obtidos nesta pesquisa sugerem que os pais concebem as crianças como seres em desenvolvimento que precisam ser conduzidas e educadas pelos pais ou responsáveis. A família é então, uma instituição social que assume a obrigação de cuidar da criança, para que ela se desenvolva plenamente. Os pais ainda compreendem a criança como um ser humano dotado de inocência e imaturidade, assim sendo os pais como tutores de suas crianças devem protegê-las, pois são seres muito pequenos e indefesos.

A respeito da percepção de infância, os pais conceituaram como um período da vida humana e uma fase em que será formado o caráter e a personalidade das crianças, por isso a importância dos pais para auxiliar todo este processo de desenvolvimento. Consideram a infância como uma fase de descobertas e fantasias, pois a criança é despertada pela curiosidade e novidade do mundo em que vive e a qual está conhecendo. Os pais caracterizam também a infância como um período que predomina a diversão e as brincadeiras, com este relato, demonstraram que o ato de brincar está associado às crianças e que é uma peculiaridade predominante na vida delas.

Ao analisar a influência da sociedade de consumo na vida dos participantes da nossa amostra e no desenvolvimento infantil, foi possível verificar que o consumo influencia o modo de viver e o comportamento das pessoas, alguns consideraram essa influência numa perspectiva negativa, que colabora para uma cultura materialista. Entretanto a maior parte dos pais questionados enxergam-se como consumista, e evidenciam que são resultado de uma sociedade que valoriza e incita a prática do consumo.

No entanto para os pais questionados a influência da sociedade de consumo no desenvolvimento infantil não tem sido benéfica às crianças, pois as crianças estão deixando de viver a infância para viver uma vida adulta. As crianças e adultos estão cada vez mais parecidos, e isso é consequência dos valores disseminados pela sociedade principalmente por intermédio da mídia.

A pesquisa de campo realizada neste trabalho demonstrou que os pais questionados estão conscientes da influência da sociedade para o consumo das crianças e se mostraram ativos diante esta situação, pois se preocupam com tudo o que está sendo exposto aos seus filhos e como isso vai refletir em sua formação moral. Assumem que além da sociedade, a família também pode influenciar o consumo infantil por meio dos costumes e hábitos que são transmitidos para as crianças, pois os pais são referências para elas que por sua vez absorvem tudo o que lhes são repassados.

O papel do Professor diante esta temática é educar seus alunos de acordo com a realidade deles, isto é, conhecer o contexto social, político, econômico e cultural em que estes alunos estão inseridos para que a educação favoreça o exercício da cidadania e a reflexão dos valores disseminados pela sociedade. As ferramentas culturais como as mídias, as publicidades e a internet estão enraizadas na nossa cultura social e são instrumentos de persuasão para o consumo. Todavia não podem ser desprezadas pelos efeitos negativos que causam no desenvolvimento e comportamento das crianças, mas sim incluídas na educação, para que as crianças reflitam sobre estes malefícios e saibam lidar com eles. Esta temática é um assunto pertinente e é uma problemática presente em nossa sociedade contemporânea que tem que ser discutida, pois o consumo tem refletido na nossa cultura e está forte nela.

Assim, o professor como um ajustador social que utiliza da educação para favorecer o desenvolvimento pleno de seus alunos, deve se atentar como é esta influência da sociedade e da família para o consumo infantil e colaborar para que essas crianças possam conviver com esta influência de forma positiva para que não se deixem manipular, mas que sejam responsáveis pela sua formação em seus aspectos psicossociais, afetivos e político-culturais.

Em suma, se faz necessário a criação de debates e a ampliação da educação para pais e crianças diante dessa influência do consumo. Pode-se pensar também na criação de leis para que campanhas publicitárias abusivas dirigidas ao público infantil sejam

proibidas ou cerceadas em seu conteúdo, pois observamos que as crianças estão perdendo a infância em detrimento de uma exposição desnecessária que insinua a erotização precoce, a violência, o consumismo desenfreado, o individualismo, entre outros aspectos que estão forçando as crianças a uma prematuração adulta antes do tempo reservado para se constituir como tal.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Diante do encerramento deste trabalho e com a conclusão do curso de graduação em Pedagogia na Universidade de Brasília, tenho em mim a convicção de que fiz a melhor escolha.

Ao longo do curso tive algumas dificuldades e desafios em que fui superando, mas foi com os estágios, que pude me encontrar como profissional. Experimentei diversas áreas da pedagogia, mas a docência na educação infantil que me despertou amor e consciência de que era ali que iria me realizar profissionalmente.

Em virtude de adquirir minha estabilidade financeira também tenho estudado para concursos públicos a fim de atuar como Pedagoga nos órgãos públicos. A Pedagoga dentro de um órgão público executa tarefas referentes a recursos humanos e gestão de pessoas, uma área a qual me interessa bastante.

A vida é cheia de contratemplos, e determinar o futuro é utópico, o que se pode fazer é trabalhar em prol de um objetivo a qual se sonha, e se esse objetivo será realizado ou não é algo difícil de ter ciência. Assim toda oportunidade que ocorrer para mim no ramo da Pedagogia dentro daquilo que gosto eu aceitarei e darei o melhor de mim, sempre em vista de está atualizada com as questões inerentes a área da Pedagogia em que for atuar.

Pretendo ainda dar continuidade aos estudos por meio de cursos de especialização na área da educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. F. C. D. A importância do outro na transmissão e apropriação do conhecimento e na construção da consciência de si e no mundo, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/23/1/A_importancia_outro_transmissao_conhecimento.pdf> Acesso em: 18 jun.2014

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BARBOSA, Lívia. Sociedade de Consumo. Ciências Sociais, passo-a-passo 49. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

CANDEIAS, C. S. P. Criança e internet: na balança dos riscos e das oportunidades, 2008. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/TeseCatiaCandeias.pdf>> Acesso em: 18 jun.2014

CASTRO, M. G. B. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. In: 16º Congresso de Leitura do Brasil, 2007, Campinas. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf> Acesso em: 13 out.2013

CZARNABAY, Thais. A influência da mídia no desenvolvimento da criança e do adolescente, 2011. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_2/thais_czarnabay.pdf> Acesso em: 27 fev.2014

DALDEGAN, G. L. D. P. A epistemologia genética de Jean Piaget, 2009. Disponível em: <<http://www.facevv.edu.br/Revista/02/A%20EPISTEMOLOGIA%20GENETICA.pdf>> Acesso em 01 mai.2014

GANDOLF, Cristiane. O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Educação e a Escola: uma análise desta relação vinte anos após a promulgação da lei 8069. Disponível em: <<http://www.metodista.br>> no dia 07 de maio de 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2006.

LAGE, M. T; ROSA, M. A. C. Evolução da infância no Brasil: do anonimato ao consumismo, 2011. Disponível em: <http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2011/12/391_499_publpg.pdf> Acesso em: 08 dez.2013

LIMA, A. F. S; REZENDE, B. D. J; LEITE, G. F. J; NAVES, R. I. D. S; REIS, S. E. S.M.Henri Wallon: sua teoria e a relação da mesma com a prática, 2012. Disponível em: <<http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume10/primeirasletras/HENRIWALLO N.pdf>> Acesso em: 06. mai.2014

MACHADO, Alexandre. A sociedade do consumo infantil, 2012. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/1_Ecom%202012/GT1/3.A%20sociedade%20do%20consumo%20infantil_Alexandre%20Machado.pdf> Acesso em: 04 mar.2014

MENDES, A. D. S. Criança e propaganda: tendência a uma infância comprada, 2009. Disponível em: <[http://www.polemica.uerj.br/8\(1\)/artigos/contemp_4.pdf](http://www.polemica.uerj.br/8(1)/artigos/contemp_4.pdf)> Acesso em 18 dez.2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTE, A. M. C. F. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção, 2007. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a13.pdf>> Acesso em: 30 abr.2014

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

PRIORE, Mary Del (org). História da criança no Brasil. São Paulo. Contexto. 1991. Livro. FFLCH-FI, FFLCH-HI, MP, FSP, EE, FE

RABELLO, Elaine; SILVEIRA, J. P. Vygotsky e o desenvolvimento humano, 2011. Disponível em <<http://www.josesilveira.com/artigos/vygotsky.pdf>> Acesso em: 06 mai.2014

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade, 2004.
Disponível em:
<http://cedic.iec.uminho.pt/textos_de_trabalho/textos/encruzilhadas.pdf> Acesso em: 30
abr.2014

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

APÊNDICE 1



Universidade de Brasília

Faculdade de Educação- FE

Curso de Graduação em Pedagogia

Questionário para Pesquisa de campo

Eu, Evelyn Martins Rodrigues sou estudante do curso de Pedagogia da UnB. Este questionário tem por finalidade a coleta de dados para corroboração de minha monografia cujo tema é “Concepções sobre criança e infância e a influência da sociedade de consumo no processo de desenvolvimento infantil.” Não é necessário identificação.

1- O que é criança?

2- O que é infância?

3- Em sua opinião, a sociedade influencia as pessoas a consumirem?

4- Qual a relevância da família para o consumo da criança?

5- A criança é influenciadora ou decisora no ato da compra?

Perfil do entrevistado:

1- Sexo? () masculino () feminino

2- Idade? _____

3- Estado civil? _____

4- Você se considera? () Branco () Negro () Pardo () Indígena () Outro:

5- Escolaridade?

Fundamental () completo () incompleto

Médio () completo () incompleto

Superior () completo () incompleto

Qual curso? _____

() pós-graduação Especialização? _____

() Mestrado () Doutorado

6- Tem filho? () sim () não

Quantos? _____ Idade? _____

7- Qual sua religião? _____

8- Trabalha? () sim () não

9- Profissão? _____

10- Faixa salarial?

() até 1 salário mínimo () 1 a 3 salários mínimos () 4 a 10 salários mínimos

() 10 a 20 salários mínimos () acima de 20 salários mínimos

11- Você se considera uma pessoa consumista? () sim () não

12- Você compra algo por necessidade ou pela satisfação de um desejo?

13- O que tem comprado com frequência?

14- Você costuma levar seus filhos as compras? () sim () não

Por quê?
